

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O Capital Externo e Transição Econômica na China: uma análise
do Investimento Externo na China Continental.**

ANDRÉIA VIRMOND

Florianópolis, março de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O Capital Externo e Transição Econômica na China: uma análise
do Investimento Externo na China Continental.**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

Por: Andréia Virmond

Orientador: Prof. Jaime César Coelho

Área de Pesquisa: Economia Internacional

Palavras-chave: 1 - IED (Investimento Externo Direto)
2 – Internacionalização produtiva
3 – Inserção global

Florianópolis, março de 2008.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ à aluna ANDRÉIA VIRMOND, na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Jaime César Coelho
Orientador

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Membro

Prof. Lairton Marcelo Comerlatto
Membro

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Jaime, pelas horas dedicadas à leitura deste trabalho e pelo apoio durante a minha estada na Inglaterra. À UFSC e ao Departamento de Ciências Econômicas, pelo apoio oferecido.

Agradeço imensamente aos meus pais Almiro e Nélia, à minha irmã Elaine e ao meu amado esposo Paulo Vinícius, pelo companheirismo, motivação e ajuda incondicional.

A todos que de alguma forma contribuíram na minha jornada: aos meus colegas da faculdade, aos meus amigos da capoeira por tornarem-na muito mais alegre e a todos os meus familiares e amigos, pelo seu interesse e apoio.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE TABELAS.....	6
RESUMO	7
ABSTRACT	8
1. PROBLEMA DE PESQUISA.....	9
1.1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 PROBLEMÁTICA.....	10
1.3 OBJETIVOS.....	12
1.4 METODOLOGIA.....	13
2. A TRANSIÇÃO CHINESA.....	14
2.1 SITUAÇÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA CHINA NO PERÍODO PRÉ-ABERTURA (1949-1978)	14
2.2 O PROCESSO DE ABERTURA PARA O MUNDO EXTERIOR A PARTIR DE 1978.....	16
2.3 O PAPEL DAS TCN'S NO PROCESSO DA ABERTURA	19
3. O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) NA CHINA	22
3.1 POLÍTICAS DO IED NA CHINA.....	22
3.2 ENTRADA DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS	23
3.3 ORIGENS DO IED NA CHINA	30
3.4 TIPO DE PROPRIEDADE DOS IEDS NA CHINA.....	32
3.5 LOCALIZAÇÃO DOS IEDS NO TERRITÓRIO CHINÊS	34
3.6 AGÊNCIAS DE GOVERNO LOCAL E CUSTOS DE TRANSAÇÃO.....	37
3.7 COMPOSIÇÃO DOS IEDS POR SETORES.....	39
4. INSERÇÃO GLOBAL.....	41
4.1 PROCESSO DE INSERÇÃO GLOBAL	41
4.2 ADESÃO AOS ACORDOS E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS.....	46
4.3 CORRELAÇÃO ENTRE AUMENTO DE IED E INSERÇÃO CHINESA NA ECONOMIA GLOBAL.....	51
5. CONCLUSÃO	54
6. REFERÊNCIAS	57
7. ANEXOS	59
7.1 CARACTERÍSTICAS DA CHINA.....	59
7.2 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS EXPORTAÇÕES MUNDIAIS 2001-2006.....	60
7.3 EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA CHINA NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS 2001-2006.....	61

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: IED Realizados (Bilhões de Dólares)	25
Figura 2: Parcela de Participação das Firmas Estrangeiras nas Exportações da China.....	27
1986-2004.....	27
Figura 3: Importação e Exportação China 1986-2004 (US\$ Bilhões).....	27
Figura 4: Percentual de Utilização do IED 1979-2001.....	28
Figura 5: Tamanho Médio dos projetos de IED na China 1979-1999	29
Figura 6: Taxa Média de crescimento Anual do PIB <i>per capita</i> (%).	36
Figura 7: Ásia e Oceania: Entradas de IED e a sua participação na formação bruta de capital fixo 1985-2004.....	37
Figura 8: Correlação entre o volume de importação e o aumento de IED.	52
Figura 9: Correlação entre o volume de exportação e o aumento de IED.....	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Uso do capital estrangeiro na China (1979-1999).....	24
Tabela 2: Performance do IED na China (1980-2004)	26
Tabela 3: IED por País/Território de origem, 1992-2000 US\$ 10,000 e (%).	30
Tabela 4: IED classificado por País/Território (dados de 2005)	31
Tabela 5: Geografia da Distribuição de Firmas Estrangeiras por Províncias (2004)	35
Tabela 6: Taxas de crescimento anual por regiões na China.....	36
Tabela 7: Distribuição do IED na China por setor (em %)	40
Tabela 8: Líderes em Exportação e Importação no Comércio Mundial (2005)	43
(Bilhões de Dólares e Participação Percentual).....	43
Tabela 9: Crescimento do PIB e populacional da China (% a.a 1980-2003).	44
Tabela 10: Crescimento Percentual do PIB ao ano 2002-2008 (previsão).....	45
Tabela 11: Estatísticas de Comércio da China	46
Tabela 12: Posição da China entre os líderes em exportação. Valores em Milhões USD.	60
Tabela 13: Posição da China entre os países importadores. Valores em Milhões US Dólar ...	61

RESUMO

VIRMOND, Andréia. **O Capital Externo e Transição Econômica na China: uma análise do Investimento Externo na China Continental**. 2008. 61f. Monografia – Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

Desde o processo de abertura comercial iniciado na China no final da década de 70, o país tem passado por profundas transformações no seu caminho em direção à economia de mercado. A liberalização econômica, a adesão à Organização Mundial do Comércio, entre outras medidas para melhor posicionar o país frente à economia mundial foram adotadas. Dentro dessa discussão, o trabalho apresenta os dados relativos ao montante de Investimento Externo Direto que foi direcionado à China desde o início do processo de abertura, bem como as alterações ocorridas em termos de volume de comércio. Com os dados obtidos em estudos já realizados na área bem como proveniente de periódicos, livros e *sites* de instituições especializadas, foi calculado um coeficiente de correlação entre os dados de IED e de comércio externo (importação e exportação). Daí se concluiu que o aumento do volume de comércio internacional chinês é diretamente relacionado à maior entrada de IED. Desta forma, não apenas os dados de comércio e de IED, mas também os diversos acordos e tratados internacionais dos quais a China passou a ser integrante, permitiram concluir que há uma relação direta entre o aumento do influxo de IED para a China e a sua maior participação no comércio mundial, e como consequência, na sua maior participação na economia global.

ABSTRACT

VIRMOND, Andréia. **The Foreign Capital and the Economic Transition in China: an analysis of the foreign direct investment in Continental China.** 2008. 61 p. Final Course work - Degree in Economics Science, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, Brazil, 2008.

Since the beginning of the market opening process that started in China in the end of the 1970's, the country has been going through deep changes towards a market-oriented economy. Several decisions contributed to better rank the country in the international economy, such as the liberalization process and the joining to the World Trade Organization. In this context, this work presents data related to the FDI (Foreign Direct Investment) invested in China since the beginning of the market opening, as well as the changes in terms of foreign trade amount. Based on the data obtained from previous works in the field (journals, books and websites of specialized institutions), a correlation coefficient between the values of import and export and the values of FDI was determined. From this analysis, a significantly high correlation was observed, indicating that the volume of commerce is directly related to the increasing of FDI. Therefore, not only the data about volume of commerce and FDI, but also the several agreements and partnerships that China has done with different countries and economic blocks analyzed in this work, led to the conclusion that there is a direct relation between the increasing influx of FDI and the growing participation of China in the global economy.

1. PROBLEMA DE PESQUISA

1.1 Introdução

No final da década de 70 a China (ver Anexo 1 para características) começou a assistir o processo que a tornaria, aproximadamente 29 anos mais tarde, a maior economia em crescimento no mundo, superando em muito as taxas de crescimento verificadas nas economias capitalistas de mercado que já alcançaram certo nível de maturidade.

De acordo com declarações do site oficial do governo Chinês (2007), a reestruturação econômica constitui-se num dos elementos mais cruciais da reforma e da política de abertura da China. Nos primeiros 30 anos da República Popular da China (RPC), o governo praticou o sistema de economia planificada, através da qual a produção agrícola e industrial, o estoque e a venda de produtos nos setores comerciais eram todos controlados pelo plano estatal. As reformas econômicas foram iniciadas nas áreas rurais em 1978 e estendidas às cidades em 1984. Em 1992, após 10 anos de reforma em direção ao estabelecimento de uma economia socialista de mercado, o governo definiu os principais pontos da reestruturação econômica: encorajar o desenvolvimento e a diversificação econômica, que ainda estavam sob o domínio do setor público; criar um grupo de empresas moderno para atender as demandas da economia de mercado; unificar e abrir o sistema de mercado na China, conectando mercados domésticos e internacionais, e, promover a otimização dos recursos; transformar a administração econômica do governo a fim de estabelecer um sistema de controle macroeconômico; encorajar líderes em certas áreas para se tornarem ricos primeiro, possibilitando que eles também ajudem outros em direção à prosperidade; formular um sistema de seguridade social para o campo e para a cidade, assim como promover um generalizado crescimento econômico e assegurar a estabilidade social.

Em 1997 o governo enfatizou a importância do setor privado na economia nacional, o qual está sendo encorajado na área de “fatores de produção essenciais”, tais como capital e tecnologia, fornecendo assim progresso adicional nas reformas econômicas.

Assim, ainda de acordo com o governo Chinês, o sistema econômico socialista de mercado já tomou forma e a regra básica praticada pelo mercado tem sido a melhoria na esfera da alocação de recursos. Ao mesmo tempo, o sistema econômico continua a ser aperfeiçoado. Esta combinação tem sido alcançada uma vez que o setor público atua na função central lado a lado com o setor não-público.

Neste sentido, como pode se observar, as transformações na China visaram alterar profundamente o regime de propriedade. Estas mudanças começaram pela alteração do regime de propriedade no campo, com a introdução de elementos de uma economia de mercado, e continuaram com a delimitação de zonas costeiras destinadas à introdução de empresas competitivas para a conquista do mercado. No entanto, estas transformações têm exigido um esforço de articulação inter-setorial e mudanças nos padrões de relacionamento entre a sociedade e o Estado.

1.2 Problemática

O processo de abertura comercial implementado na China no final da década de 70, contou, além de uma política deliberada do Estado, com um grande fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED)¹, principalmente através das *Transnational Corporations* (TCN's).

Atualmente a China é a maior receptora de IED (Investimento Externo Direto) entre os países em desenvolvimento. Segundo dados da UNCTAD (2006), a China foi o país em desenvolvimento que mais recebeu influxos de IED, alcançando \$61 bilhões em 2004. Grande parte destes investimentos vinculam-se à instalação das TCN's. Segundo Belluci(2004), apenas no ano de 1996, 240 mil filiais de empresas estrangeiras se estabeleceram no país, respondendo, neste ano, por 40,7% das exportações chinesas.

É importante destacar que objetiva-se entender o movimento de ingresso de empresas estrangeiras na China dentro do processo de transição do país de uma economia centralizada, norteada pela idéia da luta de classes, para uma economia de mercado (*export oriented*) como estratégia de desenvolvimento econômico com ênfase na participação nas redes globais de produção; esta transição, segundo o World Bank Group² WBG (1996), não implica simplesmente a adoção ou a modificação de alguns políticas ou programas, mas a passagem de uma forma de organização econômica para outra totalmente diferente. Neste sentido, o

1“Por investimento estrangeiro direto entendemos os fluxos internacionais de capitais pelos quais uma firma de determinado país cria ou expande uma filial sua em outro. A característica que diferencia esse tipo de investimento é que ele não envolve somente uma transferência de recursos, mas também a aquisição do *controle*. Isto é, a filial não tem simplesmente uma obrigação financeira com a matriz; ela é parte da mesma estrutura organizacional.” (KRUGMAN E OBSTFELD, 1999) . Cabe ainda destacar que o investimento externo pode ser direto, quando o investidor possui 10% ou mais das ações ordinárias ou direito de voto da empresa, sendo geralmente, de longo prazo. Há ainda o investimento de portfólio ou de carteira, através do qual não influencia na gestão da empresa e os fluxos de capital são feitos com o uso de instrumentos financeiros (ações, bônus, debêntures, títulos do governo, *commercial papers*, etc.)

² World Bank Group, traduzido em português como Banco Mundial.

relatório do Banco Mundial analisa a importância da integração internacional para a transição econômica e conclui que:

a integração aos mercados mundiais beneficia tanto o resto do mundo quanto os próprios países em transição, em parte porque reafirma as outras reformas. A oportunidade e a composição da assistência externa à transição devem corresponder às características de cada país (...). O desafio consiste em proporcionar assistência que incentive e facilite a transição para o mercado em vez de substituí-la. (WBG, 1996, p.6)

Assim, a análise da inserção da China na economia global será feita a partir do pressuposto de economia uma economia globalizada que prima pela interdependência dos países em relação aos segmentos interconectados de mercados, governos e instituições financeiras ao redor do mundo. Particularmente em relação aos mercados, buscou-se verificar a inserção na economia global através do papel desempenhado pelas TCNs, principalmente no que diz respeito ao montante de IED trazido à China por estas empresas e também ao volume de comércio internacional gerado em consequência dos IEDs. Isto porque, a internacionalização da produção, e em boa parte, da economia de um país, passa pelo papel desempenhado pelas corporações que se tornaram, no período atual, os agentes ativos na criação e difusão de tecnologia e de conhecimento.

Além disso, a inserção global será vista também pela maior adesão da China às relações internacionais entre países e a sua disposição em participar da economia global. Assim, a entrada de empresas estrangeiras cria laços econômicos e políticos que alteram a inserção externa do país e sua posição dentro do sistema de estados. Estas alterações são, em última instância, o produto da tomada de decisões dentro do jogo político interno e como num movimento de retorno, acabam alterando este jogo político e as instituições que formam o meio ambiente político, social e econômico.

O Relatório de Investimento Mundial da UNCTAD coloca de forma muito pertinente o papel das TCNs no processo de inserção dos países à economia mundial:

Enquanto a transferência internacional de tecnologia pode trazer importantes conhecimentos para uma economia, ela sozinha não é suficiente. O uso eficiente de novas tecnologias requer a criação adicional de capacidade de absorção, enquanto um contínuo esforço tem que ser feito para se manter em dia com as mudanças tecnológicas. Isto é particularmente verdade dado o fato de que os salários tendem a crescer quando os países se desenvolvem, facilitando a entrada de competidores a menores custos no mercado. Enquanto ações de organizações domésticas e governamentais são essenciais para construir capacidade tecnológica em países em desenvolvimento, as TCNs também desempenham seu papel. Uma das principais razões porque países em desenvolvimento promovem a entrada de IED é para fazer o *link* com as redes globais de tecnologia e inovação lideradas por estas firmas. Em termos de criação de novas tecnologias e difusão delas internacionalmente,

as TCNs são líderes mundiais em muitas indústrias. Elas contabilizam grandemente para a expansão global dos negócios em P& D. Elas dominam novas patentes e frequentemente lideram a inovação na administração de empresas. O estabelecimento de links com as redes de produção e inovação pode ajudar países a intensificar suas capacidades tecnológicas e torná-los aptos para competir melhor nos mercados internacionais UNCTAD(2006, p.99).

Assim, a intensidade com que países em desenvolvimento se conectam com as redes internacionais de pesquisa e desenvolvimento (P & D) das empresas transnacionais depende além das estratégias dos sistemas de inovação nacionais, das políticas adotadas, da qualidade das instituições, da qualidade dos recursos humanos e da capacidade de produção e inovação das empresas. Logo, quando estes elementos se associam, torna-se possível identificar as vias pelas quais os países passam a participar da economia global, pois a internacionalização da produção exige a participação, por exemplo, em acordos bilaterais, regionais e internacionais e nas instituições que administram as forças das relações globais, o que coloca indubitavelmente os países em interação, não deixando mais opção para ações isoladas.

Sendo este o caso da China, buscaremos verificar como se deu o processo de transição da economia chinesa para o mercado mundial. Metodologicamente buscaremos identificar a participação relativa das TCNs nas importações e exportações chinesas, a localização espacial destas inversões, suas características setoriais e a evolução dos acordos internacionais (peculiaridades contratuais) que nortearam a nova inserção chinesa.

1.3 Objetivos

O *objetivo geral* deste estudo consiste em analisar a existência de uma relação entre a maior inserção da China na economia global (maior participação no comércio internacional) através da entrada de fluxos de IED no país, a partir do final da década de 70, como elemento central do processo de crescimento acelerado verificado nos últimos vinte e nove anos.

De modo que seja possível estabelecer uma relação entre o aumento do fluxo de IED e a maior inserção da China na economia global, o objetivo geral desdobra-se nos seguintes *objetivos específicos*:

- Analisar brevemente o processo de transição histórica que culminou na abertura da economia chinesa,
- Analisar o papel das empresas estrangeiras no processo de abertura comercial,
- Analisar os influxos de IED no período pós-abertura,

- Analisar a existência de um coeficiente de correlação entre o aumento de IED e o aumento da inserção da China na economia global através da sua maior participação no comércio mundial (importação e exportação); assim como a maior participação chinesa nos acordos entre países, organizações internacionais e acordos internacionais, além de outros meios que atuam como integradores do país à economia mundial.

1.4 Metodologia

Quanto à natureza do estudo, a pesquisa será, de acordo com Gil (1991), de caráter qualitativo, que é o mais adequado para estudar os fenômenos sociais, políticos, psicológicos, educacionais, ligados às relações de caráter humano e social que ocorrem durante períodos de mudanças. A pesquisa qualitativa parte de questões amplas, que vão se definindo à medida que se desenvolvem os estudos. Em seguida, serão apresentados alguns aspectos metodológicos que nortearão a presente pesquisa e que ajudarão na realização dos objetivos propostos.

A presente pesquisa tem *caráter experimental* (passível de alteração) o que, para Selltiz (1974), significa que se objetiva verificar uma hipótese de relação entre variáveis. Também não deixa de ser um estudo descritivo, pois envolverá uma descrição das características de determinada comunidade, bem como de parte do seu processo histórico. A pesquisa será do tipo teórica, pois objetiva-se a interpretação de fenômenos e o procedimento técnico que será adotado durante todo o estudo é a pesquisa bibliográfica. Durante o desenvolvimento dos capítulos, serão utilizadas, tabelas e figuras como meios de caracterização dos dados e das informações coletadas.

A respeito da coleta e análise de dados, foi realizada uma revisão bibliográfica mais aprofundada da literatura específica, a fim de fundamentar cientificamente a pesquisa e a fim de buscar dados em trabalhos já realizados na área de estudo, que servirão de base para o presente estudo.

Assim, os tipos de dados colhidos serão provenientes de fontes secundárias, que podem ser descritos como dados obtidos em jornais, revistas especializadas, periódicos, livros, e em outros trabalhos publicados, base de dados de órgãos responsáveis, etc. A análise dos dados será feita levando em conta os seguintes aspectos, segundo Triviños (1987): a) os resultados alcançados no estudo; b) o manejo da fundamentação teórica; e c) a experiência pessoal dos pesquisadores.

2. A TRANSIÇÃO CHINESA

De modo que seja possível analisar como se deu o processo de transição da China de uma economia socialista para a hoje chamada economia socialista de mercado, que participa das redes globais de produção, este capítulo analisará qual era a situação da China no período que antecedeu o processo de abertura; como o processo de abertura foi conduzido e as mudanças decorrentes; bem como analisará o papel desempenhado pelo capital externo na figura das TCNs.

2.1 Situação econômico-social da China no período pré-abertura (1949-1978)

A caracterização do processo de desenvolvimento econômico na China exige que se contextualize o período que o precedeu. Sendo um dos países com a civilização mais antiga do mundo, a China possui história escrita que remonta a mais de 4000 anos. Além disso, é um dos países com o mais antigo desenvolvimento econômico e cultural. Há milhares de anos já existia na região uma agricultura desenvolvida, além de ricas atividades culturais. Após a Guerra do Ópio³, a China tornou-se uma sociedade semi-feudal e semi-colonial. O Partido Comunista da China dirigiu o povo chinês em uma dura luta revolucionária que derrubou o imperialismo, o feudalismo e o capitalismo burocrático.⁴ Em outubro de 1949 Mao Tse-tung fundou a República Popular da China.

Assim, segundo Belluci (2004) antes de 1949 a China era um país não só semi-feudal e semi-colonial, como também agrário e extremamente subdesenvolvido. A agricultura respondia por 90% do valor da produção do país enquanto somente 10% correspondiam à participação da indústria. Após o estabelecimento da República Popular (1949) a China imediatamente começou a cuidar das marcas da guerra e a restaurar e desenvolver a economia nacional.

De 1953-1957, o país vivenciou a execução do 1º Plano Quinquenal, que tinha como diretriz central o apoio à indústria e que resultou em uma elevação da produção industrial em

³ As Guerras do Ópio foram conflitos ocorridos na China envolvendo a questão do comércio ilegal de ópio pelos ingleses. A I Guerra do Ópio, de 1839 a 1842, dá-se entre o Reino Unido e a China. Na II Guerra do Ópio, entre 1856 e 1860, também conhecida como Guerra Anglo-Francesa na China, os britânicos se aliam à França contra os chineses. Com a vitória, as duas nações européias obtêm privilégios comerciais e territoriais na China, abrindo o país ao imperialismo.

⁴ Cabe observar que a luta revolucionária foi levada a cabo por dois grupos reunidos no KUOMINTANG (Partido Nacionalista Chinês), um de características nacionalista e outro comunista. Desta divisão surgiria mais tarde a divisão da China entre a China continental e a China insular (Taiwan).

128% no período e, ainda, da agricultura que aumentou 24,8%, sendo ultrapassada pela produção industrial em 56,7% no ano de 1957. Também surgiram neste período os distritos industriais.

De 1958-1962 foi a vez do 2º Plano Quinquenal, que se caracterizou por uma busca cega de alta velocidade econômica, tendo como resultado a adoção de metas impraticáveis. Buscava-se a siderurgia como elo-chave de um processo de industrialização em larga escala, próprio do regime de acumulação fordista que caracterizava a dinâmica industrial do período. Na área rural deu-se a formação de comunas populares rurais, que integravam a administração governamental com a administração e a produção rurais. Os objetivos colocados, entretanto, estavam muito distantes da realidade que se poderia alcançar naquele momento, o que pode ser visto no grave desequilíbrio da relação proporcional entre indústria e agricultura, entre indústria leve e indústria pesada e entre a indústria de matéria-prima e a indústria de processamento. Após uma série de falhas econômicas dramáticas, Mao Tse-tung deixou o cargo de presidente em 1959, sendo sucedido por Liu Shaoqi. Mao, no entanto, manteve um grau considerável de influência sobre o partido, embora alijado da administração diária dos assuntos econômicos, que passou ao controle de Liu Shaoqi e Deng Xiaoping.

No período compreendido entre 1963-65 (BELLUCCI, 2004), o governo promoveu políticas para reequilibrar a economia, com foco na agricultura para a produção de alimentos e na indústria leve de têxteis/vestuários; com as quais obteve resultados mais favoráveis. Assim, as produções industrial e agrícola embarcaram num processo de crescimento rápido e coordenado, melhorando a matriz de insumo-produto, assim como o modo de vida das populações urbana e rural.

No entanto, a estrada de crescimento que vinha sendo trilhada desde 1963 foi interrompida pela Revolução Cultural iniciada em 1966 e que teve seus efeitos estendidos até 1975. A Revolução Cultural foi lançada por Mao e seus aliados e foi motivada por uma luta pelo poder dentro do próprio partido e por temores acerca da União Soviética⁵, o que provocou um grande transtorno na sociedade chinesa.

Este movimento mergulhou o país em um prolongado tumulto social e político e infligiu pesadas perdas ao crescimento econômico. Em 1967 e 1968 a renda nacional caiu 7,4% e 6,5% respectivamente e o valor total da produção industrial decresceu 13,6% e 5%. Em 1972, no auge da ruptura sino-soviética, Mao e Zhou Enlai encontraram-se com o

5 O conflito sino-soviético culminou com escaramuças fronteiriças em 1969. O conflito, embora resolvido politicamente, foi a manifestação mais dramática do afastamento entre os dois países comunistas após a morte de Stalin.

presidente Richard Nixon para estabelecer relações com os Estados Unidos, caracterizando este movimento diplomático como um dos mais importantes da guerra-fria e que viria a marcar a história internacional rumo ao intenso intercâmbio econômico que ganharia fôlego após as reformas chinesas dos anos 1980 e 1990. Neste mesmo ano a República Popular da China aderiu as Nações Unidas, substituindo a República da China (Taiwan) no assento permanente do Conselho de Segurança.

Após a morte de Mao-Tse-Tung, em 1976, e a prisão da Camarilha dos Quatro, acusada dos excessos da Revolução Cultural, Deng Xiaoping rapidamente logrou tomar o poder das mãos de Hua Guofeng, sucessor escolhido por Mao. Embora Deng nunca tenha se tornado o chefe do partido ou do Estado, sua influência dentro da agremiação levou o país a implantar reformas econômicas de grande amplitude. Em 1976, no entanto, ele foi destituído e a economia novamente voltou a sofrer reveses e a estagnar. Segundo Spence (1996), as razões para este declínio foram tanto econômicas quanto políticas e o que os planejadores não esperavam era a combinação de recessão e inflação no resto do mundo que, em 1974, começava a encolher o mercado para produtos chineses e aumentar o custo das importações tecnológicas. O resultado foi um elevado déficit comercial em 1974, gerando uma onda de repúdio aos importados. Ainda em 1976, o Partido Comunista Chinês (PCC) deu fim à Revolução Cultural.

2.2 O processo de abertura para o mundo exterior a partir de 1978

O processo de mudança que a economia chinesa passou a percorrer a partir de 1978 teve início com o 11º Congresso do Partido Comunista Chinês, realizado em dezembro de 1978, no qual o partido anunciou uma mudança de direção da luta de classes, que nortearam suas decisões até então, para uma nova perspectiva de desenvolvimento econômico. Assim, segundo Story (2004, p.117), a China promoveu exportações, estimulou o ingresso de investimentos externos e, principalmente, desenvolveu zonas econômicas especiais atraindo investimentos e expandindo sua infra-estrutura para o desenvolvimento.

Ainda de acordo com Story (2004), este processo de transição da economia chinesa possui quatro facetas: de uma economia centralizada para o mercado, de uma sociedade rural para uma sociedade urbana, de uma autarquia para a interdependência, de filiação ao sistema comunista para a participação na sociedade politicamente organizada e global .

Estes eventos ocorreram e se vincularam simultaneamente às transformações que vinham ocorrendo a nível mundial, como a queda do comunismo/estatismo, a maior integração entre os países no mercado mundial, o crescimento do papel e tamanho das corporações no sistema de estados e na economia-mundo, entre outros.

É importante destacar que os altos e baixos na política econômica chinesa nos quatro anos seguintes à morte de Mao refletiam desacordos entre Deng Xiaoping e Hua Guofeng, o que resultou na vitória de Deng Xiaoping sobre seu rival na luta pelo poder. Com o definitivo afastamento de Hua, uma era política esquerdista chinesa parecia ter se acabado. Segundo Spence (1996), parecia que os dirigentes do partido percebiam que se quisessem reestruturar a economia socialista do país, teriam também que reestruturar a visão ideológica que o PCC tinha de seu próprio passado. Em discurso dado na ONU, ainda em 1974, Deng Xiaoping deu uma idéia do que a China estava tentando fazer, ao dizer que sempre considerou benéfico e necessário ao desenvolvimento da economia nacional que os países realizassem intercâmbios econômicos e técnicos, tendo por base o respeito à soberania nacional, a igualdade e o benefício mútuo e, a troca de bens necessários para suprir as deficiências uns dos outros.

Segundo o Relatório do Banco Mundial (1996) a maioria das reformas iniciais concentrou-se na economia rural. O governo elevou a renda rural ao aumentar os preços agrícolas ao nível do produtor, afrouxou as restrições às empresas não-estatais e permitiu a entrada de novas empresas numa vasta gama de atividades. As reformas de 1984 alcançaram também a economia urbana, com os governos locais passando a ter maior autonomia fiscal, muitas das restrições ao comércio exterior e ao investimento estrangeiro foram sendo abolidas e várias reformas institucionais foram iniciadas, como a criação de um banco central.

A produção agrícola crescia animadoramente para suprir as necessidades internas e o governo fazia um esforço decidido para mudar a base da economia, da exportação principalmente de arroz e açúcar, desenvolvida de 1895 a 1945, para produção industrial avançada, obtendo resultados bastante positivos. A crise do petróleo pôde ser parcialmente combatida, dadas às medidas adotadas pelo governo. Neste período, o governo promoveu ativamente as exportações, barateando o crédito para fabricantes de bens exportáveis e dando a essas firmas apoio econômico especial numa série de zonas de processamento de exportação (ZPE's), onde parques industriais eram supervisionados por uma burocracia enxuta, a fim de evitar a papelada governamental, e tanto firmas taiwanesas⁶ quanto estrangeiras ganhavam

6 Embora a disputa entre China e Taiwan ainda seja o ponto mais sensível das controvérsias diplomáticas do governo de Pequim, os investimentos taiwaneses dentro da China continental criam laços econômicos que tendem a aplacar as diferenças políticas.

incentivos fiscais e isenção de taxas de importação para máquinas especiais, se exportassem todos os produtos finais. Foram criadas quatro zonas de processamento de exportação (ZPE) em locais cuidadosamente escolhidos por estarem próximos de fontes de capital estrangeiro e por serem de fácil acesso.

Não obstante, as facilidades estendidas aos estrangeiros e chineses de ultramar nas quatro zonas eram consideráveis. A RPC se oferecia para construir unidades industriais segundo as especificações dos investidores estrangeiros e fornecer mão-de-obra bem treinada (e supostamente obediente e não sindicalizada), a salários competitivamente baixos. Também oferecia aos investidores impostos preferenciais e vários outros incentivos financeiros, inclusive a criação de uma rede de transportes nas zonas. (SPENCE, 1996, p.628)

Os resultados obtidos com a criação das ZPE's foram satisfatórios, no entanto os planejadores chineses tiveram que investir muito mais recursos estatais em construção e em outros itens de apoio do que esperavam. Houve também elevação das importações, e a erupção de problemas sociais nas ZPE's, como o mercado negro, a corrupção de funcionários e o crime e prostituição.

Em relação ao desenvolvimento da agricultura no período pós-abertura, segundo Belluci (2004), desde 1978 a estrutura econômica no interior da China tem sofrido grandes mudanças, à medida que se diversifica a produção, visando integrar a agricultura, a indústria e o comércio. O percentual de participação das colheitas passou de 80% em 1978, para 57% em 1996, mostrando o processo de mudança na agricultura em relação ao que vinha sendo praticada até então, sendo que a economia rural está deixando de ser planejada e auto-suficiente para se constituir em uma economia de mercado e o modo de produção está mudando da agricultura tradicional para a agricultura moderna⁷. Os preços agrícolas têm sofrido modificações, reduzindo a distância destes para os produtos manufaturados.

Quanto ao desenvolvimento industrial, as bases para a industrialização foram dadas durante a era de Mao Zedong, porém no período de 1978-1996 a indústria realizou uma mudança quantitativa e qualitativa, isto é, aumentou a capacidade de atender a demanda interna e de expandir constantemente a exportação de bens manufaturados com progressiva diversificação na pauta de exportações. Deve-se ter claro que antes do período de abertura da economia chinesa já havia um setor industrial, ainda que ineficiente, para atender a demanda interna. A criação das ZPE's foi o meio pelo qual o país passou a atualizar sua estrutura

⁷ No entanto, cabe destacar que apesar de estar havendo algum desenvolvimento da agricultura, ainda há uma parcela significativa da população chinesa que vive na área rural, praticando agricultura familiar e que ainda está distante deste processo de modernização no campo.

industrial e atrair capital externo. Segundo Bellucci (2004), a partir de meados dos anos 90, o objetivo principal da política chinesa de desenvolvimento industrial mudou da expansão quantitativa para a evolução qualitativa e para a atualização da estrutura industrial. Isto porque, a maior abertura do país está aumentando a pressão da competitividade internacional e, como ciência e tecnologia tem uma participação crescente na produção industrial, o papel da mão-de-obra barata vai decaindo gradualmente, de forma que a competitividade no comércio mundial é agora determinada, principalmente, pelo modo que se organiza a indústria e pela intensidade com que se desenvolve a ciência e tecnologia. Assim, à medida que a abertura comercial se intensifica, a indústria deve deixar de depender das tarifas para manter sua parcela de mercado, passando seu ponto de apoio para o aumento da sua capacitação técnica.

Em relação ao setor de serviços, Bellucci (2004) apresenta algumas razões para o seu baixo desenvolvimento, sendo algum deles a baixa produtividade nos setores primário e secundário, o que limita a demanda efetiva do governo e dos habitantes urbanos e rurais para o setor terciário; outros pontos são: o ainda baixo grau de urbanização na China, o reduzido grau de socialização da produção e da vida, a auto-suficiência da produção e dos serviços nas áreas rurais e a persistência de vestígios de um sistema primitivo de comércio – o escambo – nas áreas urbanas.

A partir destes dados, percebe-se que o processo de abertura da economia chinesa foi marcado por profundas mudanças na dinâmica econômica do país. A atividade agrícola teve sua participação reduzida no produto total da China. Também se desencadeou uma política industrial no país, que o voltou de fato para o mercado externo através da criação das zonas especiais de exportação e através do aumento do influxo de IED e de empresas transnacionais. Acerca da participação do capital estrangeiro, deve-se destacar que a sua entrada esteve vinculada, além de uma política clara de apoio à entrada de capital externo, à infra-estrutura criada pelo governo chinês, que até os dias atuais, está cumprindo um papel ativo no processo de industrialização do país.

2.3 O papel das TCN's no processo da abertura

As mudanças implementadas na China durante a mudança de orientação da política do país, que agora se volta para o desenvolvimento econômico através dos mecanismos de mercado, tem dado espaço à participação de empresas estrangeiras em sua economia.

Atualmente, China, Hong Kong (China), Brasil, México e Singapura são os maiores receptores de IED entre os países em desenvolvimento, de acordo com dados da UNCTAD (2006). Segundo Story (2004), o reduzido crescimento de países como o Japão, EUA e União Européia, no início dos anos 90, fez com os executivos saíssem em busca de oportunidades de negócios, ao passo que as empresas chinesas responderam à maior concorrência em seus mercados domésticos procurando ajuda externa. Assim, as empresas domésticas se beneficiaram da transferência de *know-how* gerencial trazidos pelas TCN's e construíram um setor para exportação altamente dinâmico e competitivo. O principal impacto do IED foi o de estimular a economia doméstica e acelerar a inserção da China na divisão internacional do trabalho.

Os países que registraram os maiores índices de saída de IED no ano de 2004, segundo dados da UNCTAD (2006) foram EUA, Canadá e Suíça, que aumentaram o seu volume de exportação de IED em 90%, 121% e 61%, respectivamente, em relação ao ano anterior. A escolha do destino destes investimentos está ligada a fatores como influência institucional, custos de transação dos fatores, condições do mercado de capitais, liberalização da economia, nível de privatizações, integração regional, riscos correntes e papel desempenhado pelos intermediários (bancos de investimento) no aproveitamento e na geração de oportunidades para fazer negócios.

O papel das TCNs na economia mundial, de acordo com dados da UNCTAD de 2004, tem crescido largamente, a maioria delas está se localizando em países em desenvolvimento e tem refletido a expansão do estoque de IED e da operação das filiais estrangeiras. Vale destacar que em 2002 a economia em desenvolvimento mais transnacionalizada era Hong Kong (que foi reincorporada à China).

A importância do papel das TCNs no processo de abertura das economias em desenvolvimento pode ser verificada por meio do crescimento dos acordos internacionais nas áreas de comércio e investimentos. Segundo dados da UNCATD (2006) países como China, Egito, República da Coreia e Malásia assinaram 40 acordos de investimento com outros países em desenvolvimento, o que reforça outro traço do recente processo de expansão do capitalismo: os investimentos cruzados entre os países periféricos e semi-periféricos. Além disto, acordos bilaterais, regionais e inter-regionais têm levado a uma tendência de liberalização, promoção de provisões, comprometimentos de liberalização, proteção e/ou promoção de fluxos de investimentos entre as partes destes acordos. Segundo o relatório da UNCTAD (2006), estas negociações respondem pelo incremento da competição global, voltando às economias nacionais para recursos e mercados externos.

Como verificado, o processo de transição da economia chinesa foi conduzido com base numa política deliberada do Estado em promover o setor industrial e incentivar o capital externo a se instalar no país. Fosse através dos incentivos oferecidos nas ZPE's, ou através de outras facilidades em termos burocráticos, tais incentivos almejaram colocar gradualmente a China numa posição atrativa ao IED frente ao mercado mundial. Assim sendo, o Capítulo 3 a seguir irá apresentar as características qualitativas e quantitativas do IED direcionado à China.

3. O INVESTIMENTO EXTERNO DIRETO (IED) NA CHINA

Como visto no Capítulo anterior, o processo de transição da economia chinesa para o mercado recebeu apoio do IED entrante no país através das TCNs. Para melhor descrever as características do investimento canalizado à China, este capítulo apresentará quais foram as políticas de IED na China; como se deu o ingresso das empresas estrangeiras; quais são as origens do capital externo; quais são os tipos de propriedade dos IEDs na China bem como a sua localização no território chinês; o papel desempenhado pelas agências de governo locais e a composição dos IEDs por setores econômicos.

3.1 Políticas do IED na China

Um dos elementos-chave do processo de reforma econômica da China tem sido o encorajamento do investimento externo direto. De acordo com Fung et al (2002) desde 1970 a China vem abrindo a sua economia para empresas estrangeiras e também vem alterando suas políticas de investimento para atrair capital externo.

No final dos anos 70 e início dos anos 80, as políticas governamentais eram caracterizadas por criarem novas regulamentações a fim de permitir que as *joint ventures* utilizassem capital externo e a fim de criar Zonas Econômicas Especiais (ZEEs). Em 1979 foi promulgada a Lei que tornou o investimento estrangeiro legal na China. Em 1984, o conceito de ZEEs foi estendido para mais 14 cidades costeiras e para a ilha Hainan. Doze das 14 cidades foram designadas como Zonas de Promoção Tecnológica em 1985, para expandir a transferência de tecnologia. Em 1986 regulamentações mais favoráveis foram usadas para encorajar a entrada de IEDs, especialmente para empresas voltadas a exportação e *joint ventures* que utilizassem tecnologia avançada.

As empresas de capital totalmente estrangeiro também passaram a ser permitidas. Neste período, maiores liberdades e facilidades ao capital externo foram conferidas, como tarifas especiais e liberdade para importação de insumos. Também faziam parte dos projetos de encorajamento aqueles relativos à oferta de infra-estrutura e incentivos relativos ao desenvolvimento de nova tecnologia, que poderiam aprimorar a base tecnológica, projetos orientados a exportação, entre outros.

Assim, pode-se dizer que as etapas da política chinesa em direção à abertura passaram pelas seguintes fases: abertura limitada e gradual; promoção ativa através de tratamento preferencial para o capital externo; promoção de IEDs em concordância com os objetivos da política industrial doméstica.

3.2 Entrada das empresas estrangeiras

Desde a abertura, a China tem atraído um crescente montante de capital externo. Há basicamente, de acordo com Fung et al (2002), três principais formas de entrada do capital externo: empréstimos estrangeiros, investimento externo direto e outros investimentos estrangeiros⁸. Entre 1979 e 2000 o montante de utilização dos IEDs na China somou mais de US\$500 bilhões, sendo que mais de dois terços do capital externo estava na forma de investimento direto. De acordo com a Tabela 1, percebe-se que a importância dos IED tem crescido dramaticamente desde o fim dos anos 70 e início dos anos 80.

8 Empréstimos estrangeiros incluem empréstimos de organizações financeiras internacionais, compradores de crédito, empréstimos comerciais de bancos estrangeiros e contratos lançados por países estrangeiros. Investimento externo direto aparece em cinco principais formas, definidas nas próximas seções: EJV, CJV, WFOs, *share-holding companies* e *joint explorations*. Outros investimentos incluem parcelas para estrangeiros, *leasing* internacional e transações de compensação.

Tabela 1: Uso do capital estrangeiro na China (1979-1999)

Table 1. China's actual usage of foreign capital, 1979-1999

Year	Total a	Million US dollars/%					
		Foreign Loans		Actual FDI		Others	
		Amount	% in (a)	Amount	% in (a)	Amount	% in (a)
1979	2739	2513	91.7%	109	4.0%	117	4.3%
1980	3383	2893	85.5%	195	5.8%	295	8.7%
1981	4220	3720	88.2%	375	8.9%	125	3.0%
1982	2298	1745	75.9%	440	19.1%	113	4.9%
1983	1981	1065	53.8%	636	32.1%	280	14.1%
1984	2705	1286	47.5%	1258	46.5%	161	6.0%
1985	4647	2688	57.8%	1661	35.7%	298	6.4%
1986	7258	5014	69.1%	1874	25.8%	370	5.1%
1987	8452	5805	68.7%	2314	27.4%	333	3.9%
1988	10226	6487	63.4%	3194	31.2%	545	5.3%
1989	10059	6286	62.5%	3392	33.7%	381	3.8%
1990	10289	6534	63.5%	3487	33.9%	268	2.6%
1991	11554	6888	59.6%	4366	37.8%	300	2.6%
1992	19202	7911	41.2%	11007	57.3%	284	1.5%
1993	38960	11189	28.7%	27515	70.6%	256	0.7%
1994	43213	9267	21.4%	33767	78.1%	179	0.4%
1995	48133	10327	21.5%	37521	78.0%	285	0.6%
1996	54804	12669	23.1%	41725	76.1%	410	0.7%
1997	64408	12021	18.7%	45257	70.3%	7130	11.1%
1998	58557	11000	18.8%	45463	77.6%	2094	3.6%
1999	52659	10212	19.4%	40319	76.6%	2128	4.0%
2000	59356	10000	16.8%	40715	68.6%	8641	14.6%
1979-2000	506463	136649	27.0%	345471	68.2%	24343	4.8%

Source: China Foreign Economic Statistical Yearbook, China Statistical Yearbook, various issues.

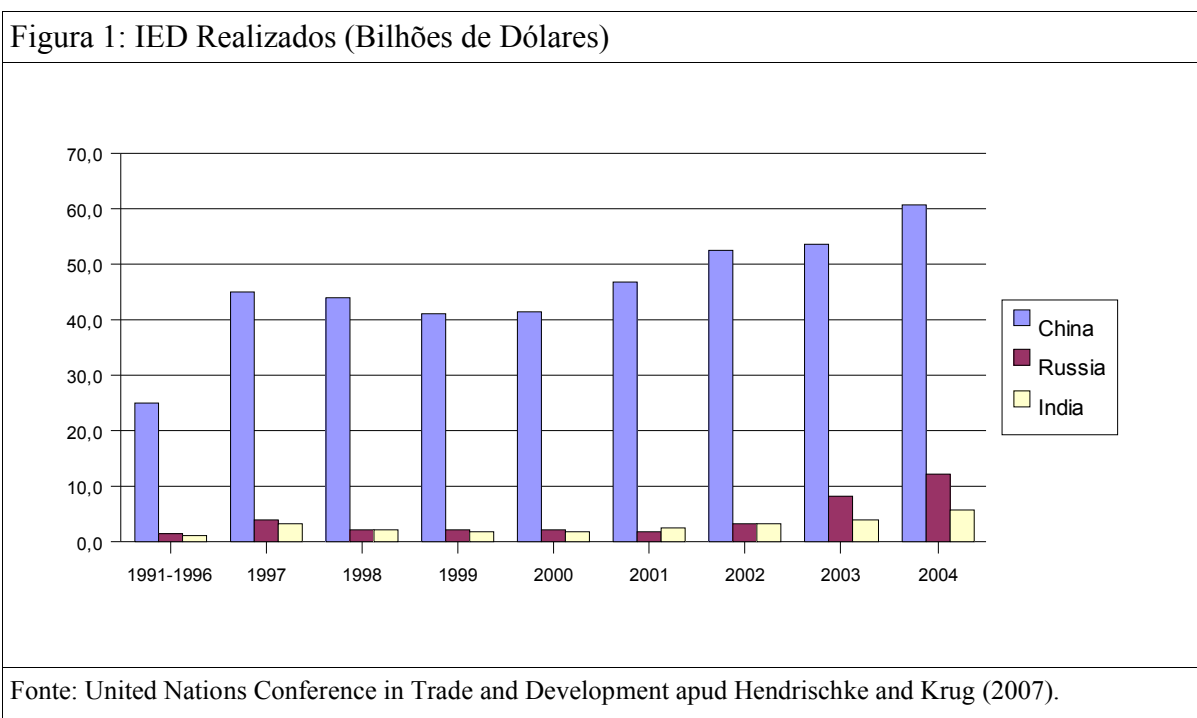
Fonte: China Foreign Economics Statistical Yearbook apud Fung et al (2002).

O crescimento dos IEDs se deu a partir dos anos 80, quando várias medidas foram adotadas para melhorar o clima de investimento na China. Entre o início dos anos 80 e dos 90 os IEDs cresceram constantemente e contabilizaram aproximadamente um terço do total de capital externo entrante. Em 1992, houve uma nova aceleração e a China tornou-se o segundo maior país receptor de IEDs no mundo e o maior receptor entre os países em desenvolvimento. Em 1999 e 2000 os IEDs declinaram do seu nível mais alto, mas ainda contabilizam mais de US\$40 bilhões por ano.

De acordo com Hendrischke and Krug (2007), a política de abertura chinesa de 1978 derrubou a barreira que separava a China do mundo ocidental. No começo, os IEDs cresceram gradualmente, entretanto, em 1990 o seu valor era quase quatro vezes o montante de 1983 e cresceu ainda mais no decorrer dos anos 90. Em 2004 o total de IEDs alcançou mais de US\$60 bilhões, o que foi quase cinco vezes o montante de 1992 e dezessete vezes o montante de 1990. Estes dados podem ser observados na Figura 1, que compara os casos da

Rússia (outra economia em transição) e da Índia (outra similar economia em um nível semelhante de rendimento).

A Figura 1 demonstra que nos três países considerados as entradas de IED cresceram durante os anos 90, no entanto Rússia e Índia continuam muito longe dos níveis alcançados pela China. Conforme este estudo e os dados que se apresentam sobre as características dos IEDs na China, pode-se dizer que os IEDs representam mais do que transferência de capital e tecnologia; eles alteram a ecologia da economia, levando-se em conta que estamos tratando de um país que saiu da autarquia e de um regime de acumulação coletivista para uma economia aberta e mista.



De acordo com a Tabela 2, no final de 2004 mais de 242.000 empresas estrangeiras estavam operando na China e deve-se notar que mais de 90% delas entraram no mercado depois de 1990. Isso contrasta com um total de sete empresas estrangeiras que operavam no país 24 anos antes.

Tabela 2: Performance do IED na China (1980-2004) *

Ano	Montante de IED Realizado (US\$ Bilhões)	Numero de empresas estrangeiras em funcionamento	Participação na arrecadação fiscal(%) por ano
1980	-	7	-
1982	1,8	330	-
1985	2	4912	-
1990	3,5	25389	-
1991	4,4	37215	-
1992	11	84371	4,25
1993	27,5	167507	5,71
1994	33,8	206096	8,51
1995	37,5	233564	10,96
1996	41,7	240447	11,87
1997	45,0	235681	13,16
1998	44,0	227807	14,38
1999	41,0	212436	15,99
2000	41,5	203208	17,5

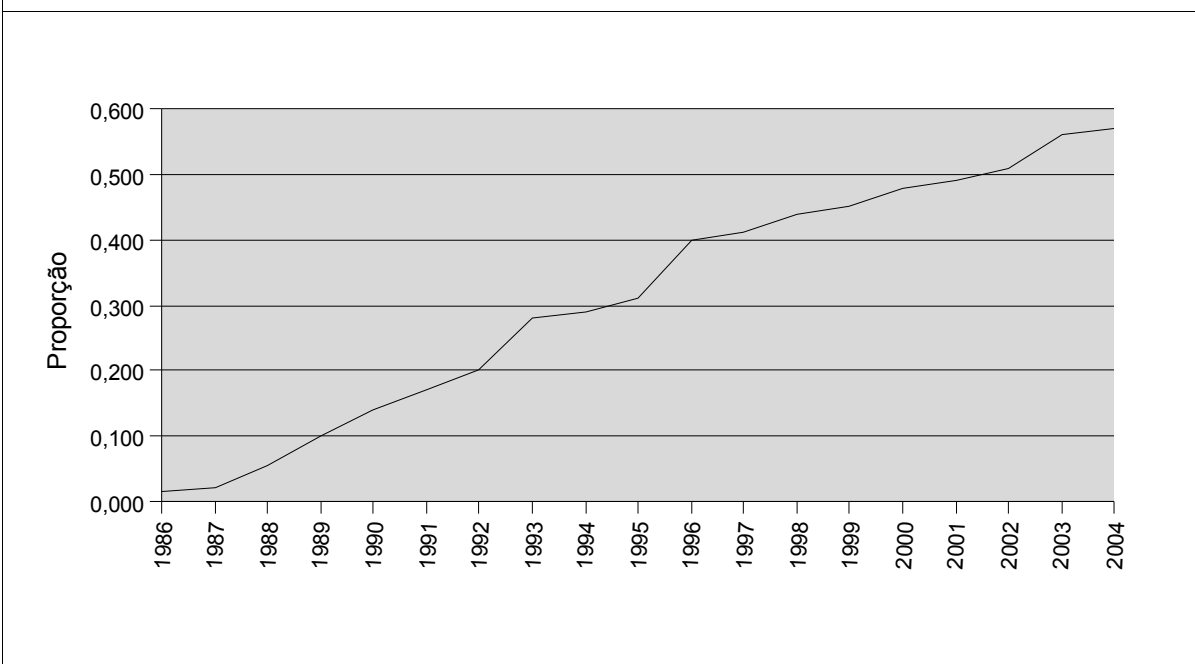
Fonte: China Ministry of Commerce 2004,2005, China National Bureau of Statistics 2004,2005, United Nations Conference on Trade and Development 2005 apud Hendrischke and Krug (2007).

O que as empresas estrangeiras representam, na verdade, é uma das forças que tem movido a China para dentro do comércio internacional, o que pode ser percebido pelas estatísticas de importação e exportação do país. Além disto, as empresas estrangeiras alteram a relação sociedade/estado conforme cresce o percentual relativo da sua participação no total da arrecadação.

As Figuras 2 e 3 demonstram o incremento das exportações chinesas que tiveram, em grande medida, a ajuda das empresas estrangeiras que atuam no país. Enquanto que em 1986 estas empresas participavam com 1,9% do total exportado, em 2004 elas já representavam 57,1% deste mesmo total, o que ajudou a China a alcançar o montante de US\$600 bilhões em exportações no ano de 2004.

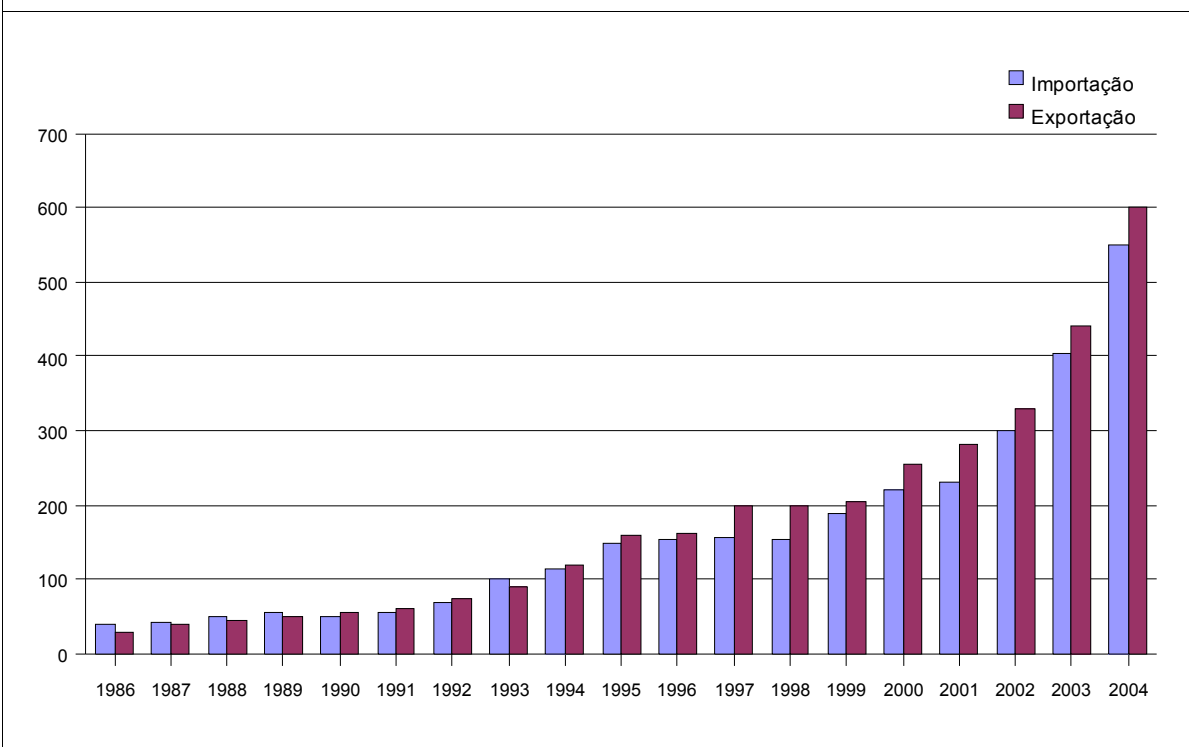
* Os dados omitidos na Tabela 2 acima se devem à indisponibilidade de dados para consulta.

Figura 2: Parcela de Participação das Firms Estrangeiras nas Exportações da China 1986-2004



Fonte: China Ministry of Commerce 2004,2005 apud Hendrischke and Krug (2007).

Figura 3: Importação e Exportação China 1986-2004 (US\$ Bilhões)



Fonte: China Ministry of Commerce 2004, 2005 apud Hendrischke and Krug (2007).

Com o tempo a pauta das exportações chinesas tem mudado da exportação de produtos com base em recursos naturais e de uso intensivo de mão-de-obra para produtos

relacionados à incorporação tecnológica⁹. Uma prova disso foi a emergência do setor de Tecnologia da Informação no início dos anos 90, que se tornou internacionalmente competitivo e que coloca a China entre as três maiores exportadoras de TI no mundo hoje.

De 1979 até 1999, a taxa de utilização do IED cresceu constantemente, com exceção dos anos iniciais da década de 90. De acordo com a Figura 4, havia um ponto óbvio de partida entre o capital contratado e o utilizado durante este período.

Figura 4: Percentual de Utilização do IED 1979-2001

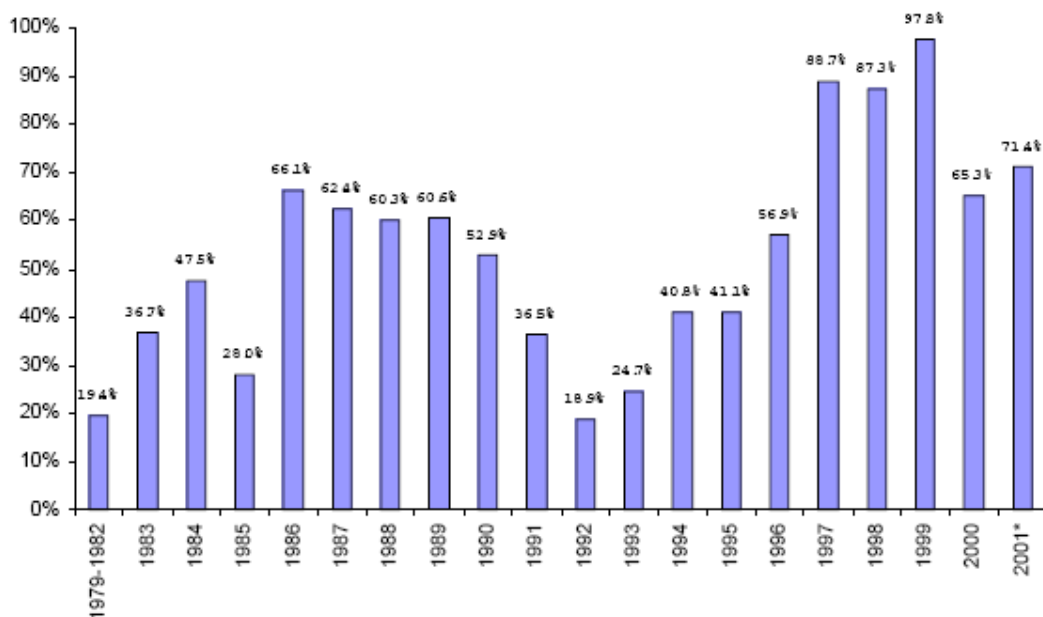


Figure 1: The Percentage of Actual FDI Utilization, 1979-1999
Source: China Foreign Economic Statistical Yearbook, 2000

Fonte: China Foreign Statistical Year Book apud Fung et al (2002).

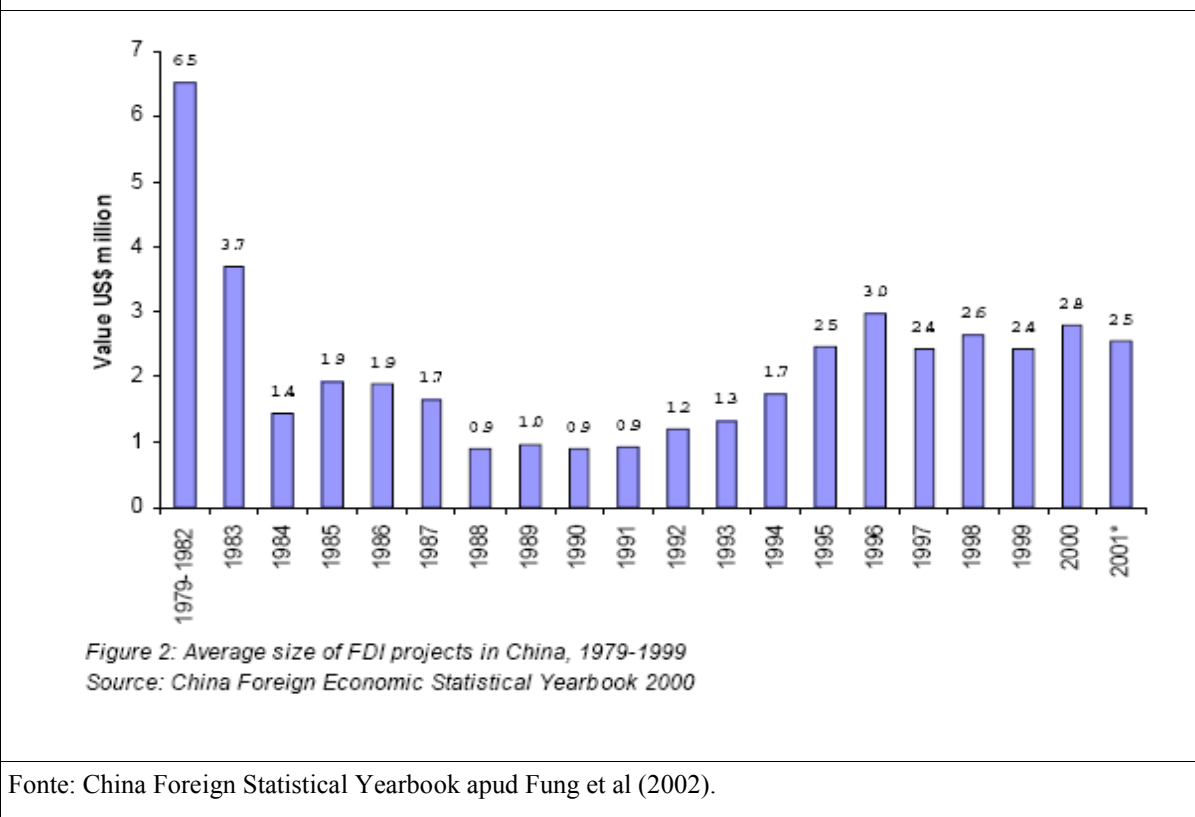
Antes de 1985, entre $\frac{1}{4}$ e a metade dos IEDs contratados eram de fato realizados. A razão para isso é que nos anos iniciais da reforma, havia um clima de incerteza entre os investidores a respeito do ambiente político. No entanto, na segunda metade dos anos 80 o percentual de realização cresceu devido à melhora no ambiente dos negócios, embora tenha apresentado declínio entre 1989 e 1992. Tal fato, conforme dados de Fung et al (2002), deveu-se a problemas de racionamento de crédito governamental, como produto deliberado de

⁹ A incorporação tecnológica mencionada ainda deve ser cuidadosamente considerada uma vez que durante algum tempo, a produção tecnológica na China se restringiu à mera reprodução das tecnologias desenvolvidas nos países que investiam e instalavam empresas em seu território, reduzindo a confiança dos investidores em termos de garantias de *copyright*. Nos tempos mais recentes, com o surgimento de núcleos de P&D, especialmente nas universidades chinesas, é que esta se iniciando o desenvolvimento de tecnologias propriamente chinesas.

controle dos níveis de crescimento para o equilíbrio macroeconômico. Assim, no início em 1992 os IEDs caíram ao seu nível mais baixo, mas voltaram a crescer constantemente nos anos 90.

A Figura 5 a seguir trata do tamanho médio dos projetos de IED. Entre 1979 e 1982, o tamanho médio dos projetos era em torno de US\$6.5 milhões, em 1983 este valor caiu para US\$3.7 milhões, devido principalmente ao fato de que neste período os contratos de IED eram sob a forma de exploração (*joint explorations*), pactuados entre investidores estrangeiros e o governo chinês. Em 1984 a queda verificada se estendeu até 1988, apesar da rápida recuperação entre 85-87, atingindo seu menor valor em 1988 (US\$0.9 milhões). Esta queda foi fruto do crescimento dos contratos com pequenas empresas, especialmente de Hong-Kong e Taiwan que estabeleceram operações de manufatura de trabalho intensivo na China, encorajados pela política de promoção governamental. O tamanho médio dos projetos de IED aumentou desde 1992 e entre 1992 e 1995 o montante dos contratos de IED mais que dobrou.

Figura 5: Tamanho Médio dos projetos de IED na China 1979-1999



Os últimos dados refletem a nova ênfase da política chinesa em desenvolver projetos de capital intensivo, alta tecnologia e investimentos de infra-estrutura.

3.3 Origens do IED na China

Em 1970 o governo chinês deu início à criação das anteriormente citadas Zonas Econômicas Especiais. Estas áreas possibilitaram e incentivaram, de certo modo, o desenvolvimento de outras economias chinesas. Como exemplo, pode-se citar Macao, Hong Kong¹⁰ e Taiwan. Estas economias e seu processo de desenvolvimento são de grande influência na economia da própria China.

De acordo com Fung et al (2002), como resultado da política consciente do governo, os investimentos da região *overseas* da China são a principal fonte de influxos de IED na China desde o final dos anos 80 e início dos anos 90. Hong Kong¹¹, em particular, tem sido de longe a fonte mais importante de IED, como pode ser visto nos dados da Tabela 3 a seguir:

País	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	%
Hong Kong	750.707	1.727.475	1.966.544	2.006.037	2.067.732	2.063.200	1.850.836	1.636.305	1.549.998	48,3
US	51.105	206.312	249.080	308.301	344.333	323.915	389.844	421.586	438.389	8,5
Taiwan	105.050	313.859	339.104	316.155	347.484	328.939	291.521	259.870	229.658	7,8
Japão	70.983	132.410	207.529	310.846	367.935	432.647	340.036	297.308	291.585	7,6
Singapura	12.231	49.004	117.961	185.122	224.356	260.641	340.397	264.249	217.220	5,2
Coréia	11.948	37.381	72.283	104.289	135.752	214.238	180.320	127.473	148.961	3,2
Reino Unido	3.833	22.051	68.884	91.414	130.073	185.756	117.486	10.449	116.405	2,6
Alemanha	8.857	5.625	25.899	38.635	51.381	99.263	73.673	137.326	104.149	1,7
França	4.493	14.141	19.204	28.702	42.735	47.465	71.489	88.429	85.316	1,2
Macao	20.200	58.650	50.937	43.982	58.039	39.455	42.157	30.864	34.728	1,2

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados de Fung et al (2002).

Cabe ressaltar que os dados de Hong Kong encobrem parcela significativa de investimentos de empresas estrangeiras sediadas no país, ou seja, nestes dados estão agregados investimentos de outros países que tem em Hong Kong uma base para penetração na China continental.

No entanto, investimentos de Taiwan, Singapura e Macau também têm sido muito importantes. A apreciação da moeda, entre outros fatores, é considerada um dos fatores que incentivaram o investimento entre fronteiras. Estados Unidos, Japão e Taiwan eram o

10 Hong Kong e Macau tornaram-se Províncias com Regime de Administração Especial da República Popular da China, no caso de Macau em 20 de dezembro de 1999 e Hong Kong em primeiro de julho de 1997.

11 Hong Kong foi reincorporado à China no ano de 1997.

segundo, terceiro e quarto maiores investidores na China no ano 2000, sendo que cada um investiu em torno de US\$30 bilhões, US\$28 bilhões e US\$25 bilhões, respectivamente, de acordo com Fung et al (2002). Os IED vindo destas três economias juntas contabilizaram em torno de 25% de todo investimento na China até 2002. Singapura e Macau também localizados nas proximidades da China continental, posicionavam-se em quinto e décimo - primeiro lugar respectivamente. A Coréia, uma das quatro Economias Asiáticas Recentemente Industrializadas era a sétima maior investidora na China até 2002. No entanto, se observarmos os dados de 2005 da Tabela 4, a Coréia já ocupa o segundo lugar, em termos de volume contratado.

Tabela 4: IED classificado por País/Território (dados de 2005)

IED por País ou Território 2005	US dolar	Jan-Set 2005	US dolar
	Volume Contratado	Número de Projetos	Valor Utilizado
Total	130.325.000,00	32223,00	43.247.000,00
Hong Kong	43.099.620,00	10607	12.420.730,00
Republic of Korea	14.422.390,00	4779	3.614.790,00
USA	9.343.350,00	2773	2.149.230,00
Japan	8.545.410,00	2466	4.636.580,00
Taiwan	7.013.410,00	2850	1.576.890,00
Singapore	3.575.330,00	886	1.623.150,00
Germany	2.182.480,00	462	1.263.590,00
Canada	1.555.750,00	693	316.810,00
United Kingdom	1.433.890,00	388	705.760,00
Macao	1.207.000,00	497	486.650,00
Netherlands	1.191.410,00	175	736.640,00
Italy	1.012.750,00	363	213.670,00
France	854.890,00	241	408.670,00
Thailand	827.330,00	115	84.320,00
Sweden	272.270,00	62	69.150,00

Fonte: China Statistical Data, 2007.

Neste sentido, ainda de acordo com Fung et al (2002), outras importantes economias fora da Ásia tem aumentado seus investidos na China. Este é o caso do Oeste Europeu e da América do Norte, que tem se elevado especialmente desde os anos 90. Este aumento tem compensado certa redução nos investimentos percentual e total feitos por Hong Kong. Os Estados Unidos passaram do quarto maior investidor em 1992 para o segundo

maior investidor estrangeiro na China no ano 2000. A parcela em conjunto de investimentos do Reino Unido, Alemanha, França, Holanda e Canadá cresceu de 2,3% em 1992 para mais de 10% em 2000. Os dados de 2005 ainda mostram os Estados Unidos liderando os maiores investidores fora do continente, estando em terceiro lugar neste ano no *ranking* total, atrás apenas de Hong Kong e República da Coréia.

3.4 Tipo de propriedade dos IEDs na China

No que diz respeito ao tipo de propriedade do capital estrangeiro, de acordo com Hendrischke and Krug (2007), os investidores buscarão maior controle quanto maior for a especificidade do ativo e quanto maiores forem os ganhos de oportunidade. Por outro lado, terão menos controle quando estiverem em uma situação de incerteza como, por exemplo, riscos políticos ou econômicos. As opções que se apresentam como tipo de propriedade de IEDs são classificadas em cinco tipos, de acordo com Fung et al (2002):

*Contractual Joint-Ventures*¹² (CJV): que constitui uma parceria entre o investidor estrangeiro e uma empresa doméstica. Por exemplo, quando a empresa estrangeira provê recursos tecnológicos e o lado Chinês contribui com terra, trabalho, facilidades físicas, materiais, etc. Esse modo de contrato foi utilizado nos primeiros anos da abertura econômica, como uma opção para reduzir os riscos dos investidores estrangeiros. No entanto, a importância desta modalidade de contrato tem se reduzido continuamente desde os anos 80.

Equity Joint-Ventures (EJV): este tipo de propriedade envolve o investimento conjunto de parceiros estrangeiros e chineses em corporações de responsabilidade limitada, dividindo lucros e perdas. Este tipo de contrato esteve em alta até a Crise Asiática em 1997. Ao longo dos anos 90, o governo passou do incentivo ao IED em geral, para o incentivo de projetos de TI e àqueles mais voltado ao uso intensivo de capital. Assim, as *Wholly Foreign Owned*

¹² A origem do termo *joint venture* tem sua origem na prática privada, nos contratos que lhe dão nascimento e, fundamentalmente, nas operações comerciais. Constituí-se numa figura jurídica originada da prática, cujo nome não possui equivalente na língua portuguesa, mas que pode ser entendida como contrato de colaboração comercial. Ela corresponde a uma forma ou método de cooperação comercial entre empresas independentes, denominado em outros países de sociedade entre sociedades, filial comum, associação de empresas, etc. A característica essencial do contrato de *joint venture* é a realização de um projeto comum, empreendimento cuja duração pode ser curta ou longa, porém, com prazo determinado. É a celebração de um contrato entre duas ou mais empresas que se associam, criando ou não uma nova empresa para realizar uma atividade econômica produtiva ou de serviço, com fins lucrativos.

Enterprises começaram a crescer rapidamente, fazendo decrescer a importância dos contratos de EJV no total de entrada de IEDs.

Wholly Foreign Owned Enterprises (WFO): são empresas com capital 100% estrangeiro, que não contam com a participação de agentes locais no seu capital. Este tipo de investimento cresceu largamente desde os anos 80, passando de 1% do total de IEDs em 1987, para 47% deste total no ano 2000. Este fato coincide com o esforço despendido pelo governo a fim de promover o setor de alta tecnologia e projetos que fazem uso de capital intensivo.

Além destes três tipos, há outros dois não tão em voga, um deles é o chamado *Joint Exploration*, que foi utilizado durante os períodos iniciais da reforma visando apenas relações de exploração e o outro, relativamente novo, chamado *Foreign Sharing-Holding*¹³.

Em relação à opção pelo tipo de propriedade das empresas estrangeiras na China, de acordo com a classificação exposta anteriormente, Hendrischke and Krug (2007) colocam a questão de porque investidores estrangeiros preferem instalar subsidiárias ao invés de formar *joint ventures* com parceiros chineses. A resposta encontrada é que as preferências mudam em resposta ao processo de liberalização institucional. Nos anos 80, arranjos contratuais eram preferidos à instalação de subsidiárias, atualmente, as WFOs tem se tornado o tipo preferencial de IEDs, pela certeza de se obter maior proteção dos direitos de propriedade.

13 Foreign Sharing-Holding: Refere-se à participação de empresas de capital estrangeiro no Mercado de Capitais chinês, sendo assim outro indício da abertura econômica.

3.5 Localização dos IEDs no território chinês

Ainda em termos da instalação do capital estrangeiro na China, o quesito localização também desempenha um papel importante. De acordo com Ruiz (2006), os IEDs concentraram-se, inicialmente, nas ZEEs. Na primeira fase de criação das ZEEs, as províncias de Guangdong e Fujian (leste) foram consideradas prioritárias e transformadas em ZEE em 1979 e 1980. Essas ZEE serviriam de uma “plataforma de testes” para uma expansão capitalista no interior da China; possuíam sistema próprio de abastecimento de água e energia e amplas extensões de terras. A proximidade com Taiwan favoreceria a atração de investimentos diretos estrangeiros, sub-contratação e viabilizaria a desverticalização produtiva de multinacionais. Para Hong Kong, Guangdong viabilizaria a expansão de seu parque produtivo nas proximidades das matrizes, já então espremidas em um pequeno pedaço de terra.

Porém, sérios problemas atingiram as ZEE e levaram o governo a modificar sua regulação em 1985, criando as Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET) de modo a tentar reduzir a corrupção e a especulação imobiliária, estimular os investimentos estrangeiros diretos industriais e a absorção de tecnologias.

Ainda de acordo com Ruiz (2006), em Outubro de 1984, o projeto “Sobre a Reforma da Estrutura Econômica” estendeu para outras províncias a reforma do sistema industrial chinês. Além de reformar as ZEE, Xiaoping ampliou sua base de sustentação política criando novas ZEE em Xangai, Tianjin e em outras províncias costeiras. Em 1992, com essa política, ocorreu a transformação de todas as capitais de províncias e regiões autônomas em áreas para investimento privado, nacionais ou estrangeiros.

De acordo com Hendrischke and Krug (2007), através da Tabela 5, percebe-se que as 10 regiões mais favorecidas com os IEDs encontram-se na região Leste do país¹⁴. Esta região hospeda 82,10% do total de empresas estrangeiras que foram estabelecidas até o final de 2004. Apenas 6,53% destas empresas encontram-se na região Oeste e os outros 11,38% situam-se na chamada região Central do país, de acordo com os dados de 2004.

14 A China é separada em três diferentes regiões. A região Leste inclui: Beijing, Tianjin, Hebei, Liaoning, Shanghai, Jiangsu, Zhejiang, Fujian, Shandong, Guangdong e Hainan. A região Central inclui: Shanxi, Jilin, Heilongjiang, Anhui, Jiangxi, Henan, Hubei e Hunan. A região Oeste inclui Guangxi, Inner Mongolia, Sichuan, Chongqing, Guizhou, Yunnan, Shaanxi, Gansu, Qinghai, Ningxia, Xinjiang e Xizang.

Tabela 5: Geografia da Distribuição de Firms Estrangeiras por Províncias (2004)

Região Província	Proporção de Firms Estrangeiras no Total	Qtd Zonas de Desenvolvi mento	Região Província	Proporção de Firms Estrangeiras no Total	Qtd Zonas de Desenvolv imento	Região Província	Proporção de Firms Estrangeiras no Total	Qtd Zonas de Desenvolvi mento
Leste			Central			Oeste		
Guangdong	21,95%	31	Hubei	1,98%	10	Guangxi	1,62%	7
Jiangsu	12,64%	30	Jiangxi	1,54%	6	Sichuan	1,34%	15
Shandong	9,29%	29	Henan	1,50%	5	Shaanxi	0,81%	6
Shanghai	7,14%	22	Hunan	1,50%	5	Chongqing	0,72%	4
Fujian	7,04%	17	Jilin	1,43%	9	Yunnan,	0,51%	6
Zhejiang	6,35%	22	Heilongjiang	1,41%	5	I. Mongolia	0,39%	4
Liaoning	5,84%	15	Anhui	1,21%	8	Guizhou,	0,33%	9
Beijing	4,27%	5	Shanxi	0,81%	6	Gansu	0,32%	4
Tianjin	3,37%	6				Xinjiang	0,25%	5
Hebei	2,32%	10				Ningxia	0,14%	1
Hainan	1,89%	4				Qinghai	0,08%	1
						Xizang	0,02%	1

Fonte: China Ministry of Commerce, 2005; China Association of Development Zones, 2005 apud Hendrichske and Krug (2007).

Esta intensa concentração na região Leste é atribuída, segundo estudos citados por Hendrichske and Krug (2007), ao clima generalizado de investimento, baseado num alto PIB *percapita*; na alta concentração de empresas modernas de pequeno e médio porte; no alto nível educacional; na avançada infra-estrutura de transporte; na proximidade com conexões de transporte marítimo e com portos internacionais como o de Shangai e Hong Kong, por exemplo.

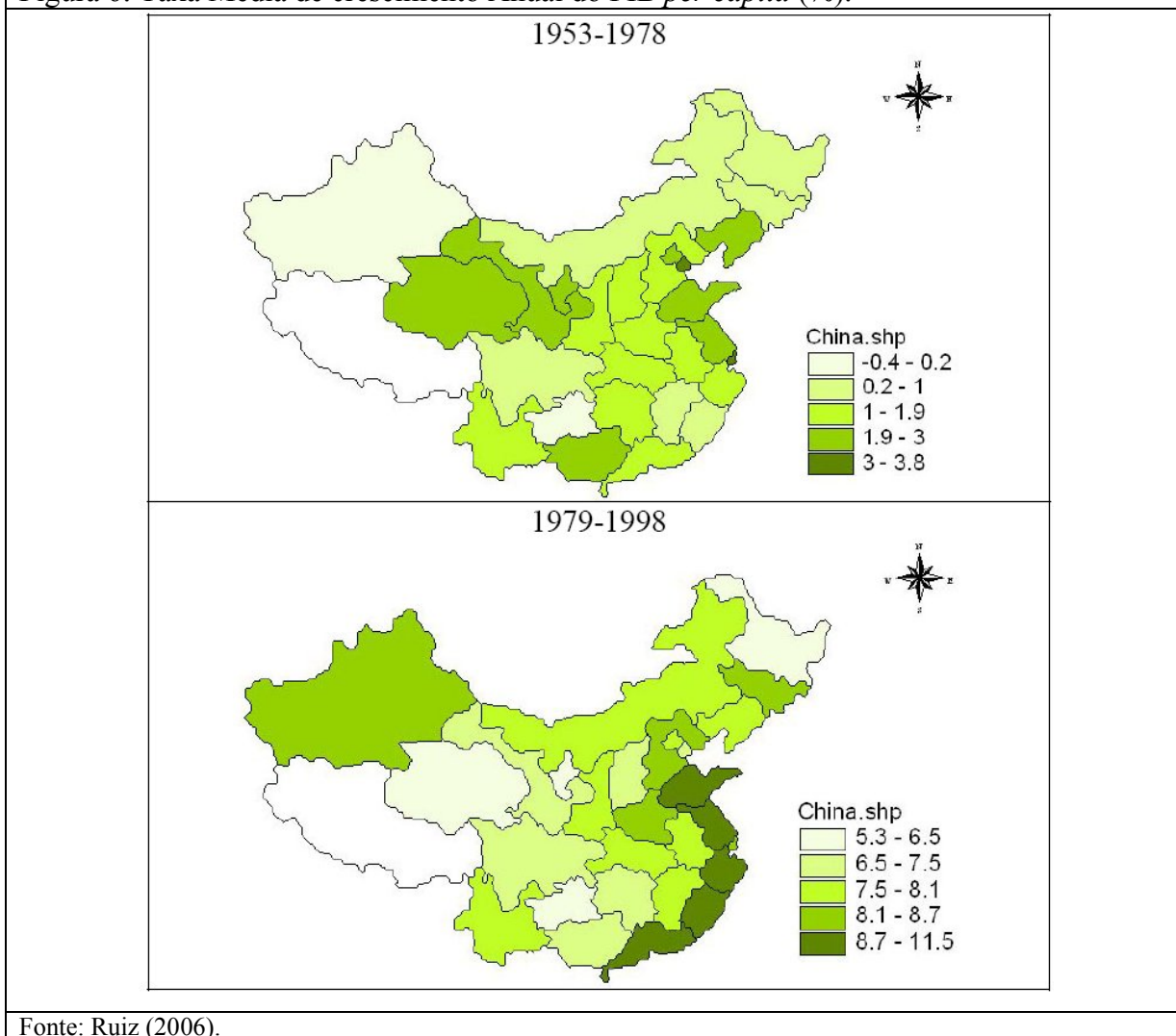
Na Tabela 6 a seguir são apresentadas taxas anuais de crescimento das regiões chinesas, onde novamente podemos observar a concentração na região Leste do país, que na Tabela engloba as regiões Costeira e Metrôpoles. Da mesma forma, a Figura 6 na seqüência mostra a variação das taxas de crescimento do PIB *per capita* nos períodos 1953-1978 e 1979-1998.

Tabela 6: Taxas de crescimento anual por regiões¹⁵ na China.

Região	1953-1998	1953-1978	1979-1998
Metrópoles	5,6	3,3	7,9
Nordeste	4,2	1,7	7,3
Costeira	5,5	1,8	10,3
Central	4,2	1,5	7,8
Noroeste	4,3	1,6	7,7
Sudoeste	4,2	1,0	7,4
Media Nacional	4,8	1,7	8,6

Fonte: Démurger et al 2002.

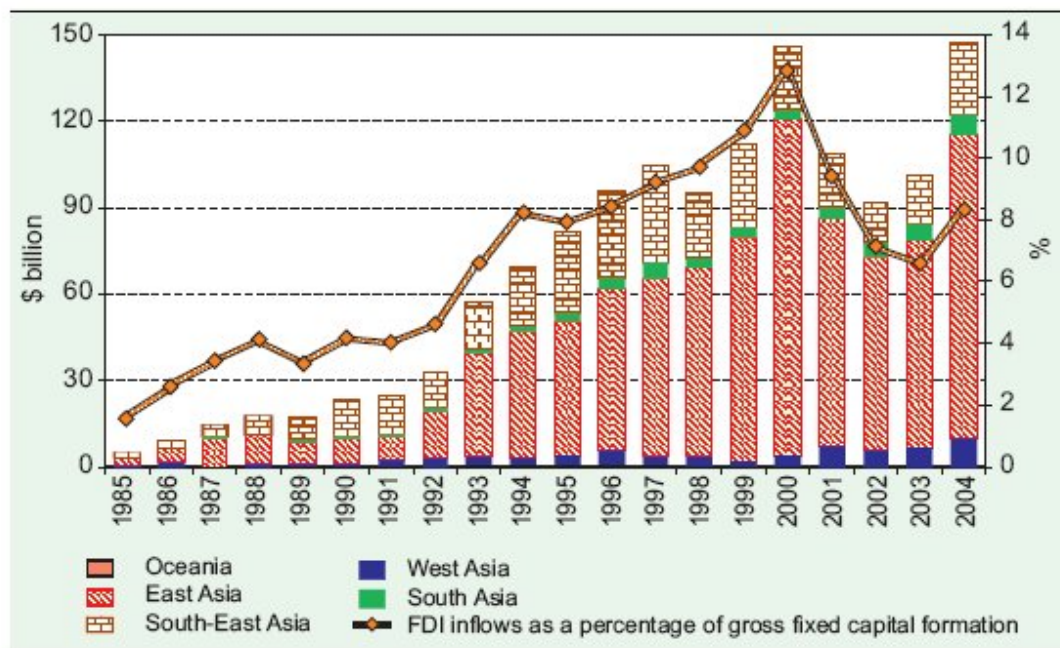
Figura 6: Taxa Media de crescimento Anual do PIB *per capita* (%).



A Figura 7, com dados de 1985-2004 também reforça o tema.

¹⁵ Esta Tabela apresenta uma divisão de regiões diferente da apresentada na pagina anterior: **Metrópoles:** Beijing, Tianjin e Shangai. **Nordeste:** Liaoning, Jilin e Heilongjiang. **Costeira:** Hebei, Jiangsu, Zhejiang, Fujian, Shandong, Guangdong e Hainan. **Central:** Shanxi, Anhui, Jiangxi, Henan, Hubei e Hunan. **Noroeste:** Inner, Mongólia, Shaanxi, Gansu, Qinghai, Ningxia e Xinjiang (Tibet excluido por falta de dados). **Sudoeste:** Sichuan, Guizhou, Yunnan e Guangxi.

Figura 7: Ásia e Oceania: Entradas de IED e a sua participação na formação bruta de capital fixo 1985-2004



Fonte: UNCTAD apud World Investment Report (2005).

Outro ponto que justifica a concentração de IEDs nesta região diz respeito às Zonas Econômicas Especiais criadas nesta região, que oferecem incentivos ao capital externo. Estudos nesta área apresentados por Hendrischke and Krug (2007) indicam que as empresas estrangeiras respondem positivamente a este tipo de vantagem institucional. Outro ponto é o fato de que a administração a nível local pode criar suas próprias áreas de desenvolvimento. O fator mais crucial neste contexto é que as empresas estrangeiras nestas Zonas Especiais desfrutam de privilégios relacionados principalmente à taxação.

3.6 Agências de Governo Local e Custos de Transação

Um fato a ser destacado em relação à atração de IEDs na China através das empresas estrangeiras diz respeito às características peculiares dos governos locais. De acordo com Hendrischke and Krug (2007), a economia chinesa é caracterizada por um governo central politicamente descentralizado¹⁶, com Agências de Governo Locais que atuam como

¹⁶ Essa descentralização era, em muitos casos, justificada. Algumas províncias chinesas possuíam mais 50 milhões de habitantes e suas empresas adquiriam parte significativa dos insumos no mercado local, que era também seu principal mercado consumidor. Portanto, o controle dessas empresas poderia ser repassado para as províncias, cidades e mesmo vilas. Não havia razão para um planejamento central em todos os níveis de produção. Essa seria o modelo econômico da “transição chinesa” do socialismo ao comunismo e representava

atores principais. Esta forma de autonomia local explica porque as empresas de capital estrangeiro dispõem de ampla variedade de experiências comerciais, dependendo do local onde elas operam, ou mais precisamente, do governo local ao qual elas estão expostas. Assim, os governos locais são os atores-chave que as empresas estrangeiras devem considerar quando pretendem conhecer o ambiente local. Logo, investir em boas relações com os governos locais constitui-se numa estratégia necessária para construir uma rede de contatos (*network*) e para reduzir os custos de transação e facilitar a aquisição de informações sobre o mercado chinês.

A respeito da criação de alianças com os governos locais, há na China uma prática chamada *Guanxi*, palavra chinesa que significa *rede de relacionamento inter-pessoal*. O *Guanxi* é, na verdade, um tipo informal de relacionamento para os negócios. Dado que muitas vezes o ambiente formal é rodeado por instituições de funcionamento deficitário, os *Guanxis* são decisivos para que os investidores estrangeiros adquiram conhecimento sobre as regras locais, fortaleçam os negócios comerciais e melhorem a eficiência nas trocas privadas.

Assim, as empresas estrangeiras na China precisam adotar alianças formais e informais (*Guanxi*) de modo a obterem acesso às autoridades locais, adquirirem informações tácitas em termos de políticas, explicar o seu ponto de vista e reduzir intervenção oficial. Em outras palavras, de acordo com Hendrischke and Krug (2007), o conhecimento do ambiente local ajuda as empresas a entenderem e conseqüentemente reagirem ao ambiente institucional de modo a reduzirem os custos de transação.

De acordo com Hendrischke and Krug (2007), muitos estudos têm remetido à atratividade de investimentos da China a variáveis como tamanho do mercado, ritmo de desenvolvimento econômico, condições do mercado de trabalho e de infra-estrutura, entre outros. Há também os estudos que levam em conta os fatores institucionais, como os incentivos institucionais para os IED. No entanto, não mais importantes, mas que também requer análise, os autores sugerem os estudos ao nível macroeconômico que apresentam outros dois aspectos cruciais. O primeiro é que a China não pode ser modelada como uma economia unificada, uma vez que as províncias locais desfrutam de um elevado nível de autonomia (Agências de Governo Locais) para aplicar e interpretar as leis do Governo Central. Assim, as firmas estrangeiras precisam responder às direções locais, e não nacionais, dos mercados e instituições. Segundo, o sucesso dos IEDs na China depende crucialmente das

um distanciamento do modelo soviético de organização da produção baseado no planejamento central (PERKINS, 1988 apud RUIZ, 2006).

decisões estratégicas das firmas estrangeiras: o que e onde produzir, em particular, como eles administram suas relações de negócios e como eles lidam com as jurisdições locais.

Assim, no âmbito dos estudos dos negócios internacionais, este estudo sugere a importância da escolha da estratégia correta de entrada, respondendo com flexibilidade ao ambiente local enquanto a empresa desenvolve a capacidade de se adaptar a mudanças de acordo com as circunstâncias.

Ainda no contexto de porque investir na China, Hendrischke and Krug (2007) indicam que a instalação de subsidiárias se dá quando o valor agregado aos seus investimentos é muito elevado, quando as vantagens locais oferecidas pelo país receptor do investimento são mais elevadas e quando os custos de transação forem mais baixos. No caso da China, a decisão de localização da empresa deve considerar os custos e benefícios no interior de toda a economia chinesa, a fim de encontrar os melhores custos comparativos relativos à localização. Neste caso, a diversificação de risco encontra possibilidades nas diferentes localizações de firmas dentro da própria China. Exemplos citados pelos autores são os casos da Mitsubishi e da Coca-cola, que estabeleceram subsidiárias em 31 e 21 diferentes localizações, respectivamente.

3.7 Composição dos IEDs por setores

De acordo com o Terceiro Censo Nacional da Indústria da China em 1997 apud OCDE (2000), entre as 29 indústrias pesquisadas, a indústria de eletrônicos e telecomunicações e a indústria têxtil têm recebido os maiores montantes de IED, contabilizando para 11,29% e 8,59% do total de ativos de empresas estrangeiras respectivamente. Houve também um considerável montante de IED para equipamentos de transporte (7,62%), produtos minerais não-metálicos (6,55%), maquinário e equipamento elétrico (6,05%), materiais e produtos químicos (5,38%), e roupas e outros produtos (5,01%). Juntas, estas indústrias contabilizaram 50,49% do total. As 22 indústrias restantes tiveram menos de 5% de participação, tendo algumas um percentual abaixo de 1.

Segundo o mesmo Censo, no período de 1985-1997, mudanças significativas ocorreram na produção industrial na China, tais como:

- Empresas governamentais (State Owned Companies) perderam a sua posição dominante na indústria, com o *market-share* passando de 65% em 1985 para 25% em 1997. Estas empresas, portanto, deixaram de ser o motor do crescimento industrial nos anos 90. A sua contribuição ao crescimento caiu consideravelmente no período 1992-1997.

- Os maiores ganhos na estrutura industrial foram registrados por empresas privadas (cujo *market-share* subiu de 2% para 18%) assim como as 'empresas com outras formas de propriedade' (cujo *market-share* foi de 1% para 18%), dentre as quais as empresas de capital estrangeiro tem papel dominante, com algo em torno de $\frac{3}{4}$ da produção industrial em 1997.

- Empresas de propriedade coletiva se tornaram a categoria mais importante de propriedade na indústria em 1997 (38%), e contabilizaram para 40% do crescimento da produção entre 1993 e 1997.

De acordo com a Tabela 7 a seguir, pode-se dizer que o aumento da participação do setor industrial teve seu pico em 1995, atingindo 69,8% de toda a produção chinesa naquele ano, aprestando declínio em 1997, mas já voltando a crescer em 1998. Outro setor que apresentou crescimento considerável foi o setor de comunicações, que foi de 1,3% em 1993 para 4,4 % em 1998.

	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1993-1998
Agricultura	1.1	1.1	1.5	1.6	2.1	2.3	1.5
Indústria	45.9	50.1	69.8	68.9	54.5	59.2	58.4
Construção	3.5	2.7	2.0	2.7	6.1	3.4	3.1
Comunicação	1.3	2.3	2.0	2.2	5.1	4.4	2.5
Comércio	4.1	4.5	3.5	3.2	3.6	2.5	3.6
Imóveis	39.3	27.2	18.5	17.9	12.2	12.8	23.3
Outros	4.8	12.1	1.8	3.5	16.4	15.5	7.5
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0

Fonte: Terceiro Censo Nacional da Indústria da China apud OCDE (2000)

Dados mais atuais ainda confirmam o crescimento considerável do setor industrial, mas também mencionam o crescimento do setor de serviços, que deverá ultrapassar a fatia da indústria no futuro.

Como visto, o investimento externo que corroborou o processo de transição chinesa apresenta algumas peculiaridades que servem até mesmo aos interessados em iniciar negociações com a China, principalmente no que diz respeito às redes locais de relacionamento e ao quesito localização. No próximo Capítulo, no entanto, será analisado como se deu o processo de adesão da China à economia global, objetivo deste estudo.

4. INSERÇÃO GLOBAL

Dado ser o objetivo geral deste estudo analisar a existência de uma relação entre a entrada de IED na China e a sua maior participação nas economia mundial, hoje globalizada¹⁷ no sentido de que cria redes de produção e comunicação interligadas; o presente Capítulo apresentará dados relativos ao volume de comércio externo do país, bem como a evolução destas variáveis ao longo o do processo de abertura. Ainda, este Capítulo analisará os acordos aos quais a China aderiu, bem como as parcerias estabelecidas com diferentes países e blocos econômicos.

4.1 Processo de inserção global

Parece ser consenso a opinião de que o sucesso do processo de abertura chinesa foi possível, entre outros fatores, graças ao modo gradual com que as mudanças foram implantadas. Assim, segundo Sukup (2002), a rejeição ao modelo de *shock* (que se constituiu na rápida privatização) seria a explicação do sucesso da China em contraste com os resultados verificados na Rússia e em outros países da Europa. De acordo com Guthrie (2006) o gradualismo e a forte presença do Estado como guia das reformas permitiram um alto nível de estabilidade na medida em que as mudanças ocorriam, e também tem permitido que instituições democráticas sejam criadas ao longo do processo.

De acordo com Guthrie (2006), o projeto de transformação da China tem sido fundamentalmente um projeto global. Desde a visita de Deng Xiaoping aos Estados Unidos em 1979, a orientação tem sido em direção à economia global. Nos anos iniciais da reforma, a questão era obter dinheiro e tecnologia, porém, mais tarde, o objetivo passou a ser mais do que isso. O ponto principal passou a ser a criação de instituições de mudança social. Em termos de direitos humanos, a Reforma na China tem sido um processo gradual, e ao contrário do que muitas correntes acreditam, Guthrie (2006) argumenta que mudanças tais como a Lei de Compensação Nacional e Reforma da Lei de Prisão tem radicalmente remodelado a realidade dos direitos humanos na China.

¹⁷ Para fins deste estudo, a idéia de economia globalizada se remete a maior interligação entre os sistemas econômicos nacionais, a partir da qual, as decisões em um determinado país passam a considerar os efeitos que podem ser gerados nos diferentes mercados mundiais,

Ainda, na área legal e do trabalho, a Lei do Trabalho e a Comissão de Arbitragem do Trabalho foram degraus radicais na busca de uma sociedade mais democrática, baseada em direitos do trabalho¹⁸. Segundo experiência pessoal do autor, as mudanças em termos de direitos do trabalho são claramente visíveis no chão de fábrica, onde as práticas gerenciais trazidas pelas empresas estrangeiras são aplicadas.

De acordo com Guthrie (2006), o desenvolvimento econômico da China foi moldado por três fatores-chave:

- a) As reformas do Governo Central, que lançaram diversas políticas que permitiram a China se engajar na economia global; estas políticas foram de orientação interna e externa. No que concerne à orientação externa, houve um foco no incentivo à exportação – com a estratégia de desenvolvimento costeiro que nos anos iniciais tornou a China a maior fornecedora de produtos manufaturados no mundo – e, em termos de orientação interna, o governo adotou a surpreendente posição de abertura e atração de IED's, liberalizando os mercados internos.
- b) Segundo, o governo descentralizou a tomada de decisão, concedendo incentivos ao desenvolvimento local para autoridades locais e criou competição entre as diferentes localidades.
- c) Em terceiro lugar, ao mesmo tempo em que o governo tem reformado as organizações industriais sem privatizações, ele tem permitido o surgimento de uma economia privada. Desta forma, o setor privado que tem se desenvolvido é um fator importante na criação de competição para as empresas governamentais e para a criação de novos mercados.

Ainda de acordo com Guthrie (2006), as transformações que ocorreram no processo de abertura da China para a economia global foram:

- a construção de novas instituições, tanto nacionais quanto internacionais,
- o desenvolvimento de novas estratégias industriais,
- criação de Zonas Econômicas Especiais, as quais permitiram as empresas ganharem vantagens em incentivos fiscais e outros incentivos para tipos específicos de investimentos na China,
- a adoção de estratégias agressivas de comércio e exportação,
- a adoção de estratégias de desenvolvimento que eram regionalmente específicas no interior da China.

¹⁸ Cabe aqui a ressalva de que algumas mudanças tem sido implementadas no sentido de melhorar as condições de trabalho na China. No entanto, ainda não se pode afirmar que o país se constitui numa sociedade onde os direitos do trabalho estão de fato sendo aplicados conforme, ao menos conforme os ideais ocidentais.

Segundo o autor, tanto o governo quanto as empresas reconheceram a necessidade de capital estrangeiro, experiência organizacional avançada e tecnologia. Assim, aliada às intenções da reforma, a entrada de IED's e de corporações globais na China exerceram significativa pressão na evolução da organização dos negócios chineses para se adaptar às regras do mercado global.

Os dados da OMC na Tabela 8, referentes à participação chinesa no comércio mundial, deixam claro o quanto a entrada dos IED's – além é claro das reformas implementadas - influenciou o posicionamento da China na economia mundial. Como pode ser visto no ano 2005, a China já se posicionava como o terceiro país líder, ficando atrás apenas dos Estados Unidos e Alemanha, e posicionando-se a frente de países como Japão, França e Reino Unido, que em 2001 ocupavam a terceira, quarta e quinta posição respectivamente, tendo a China como o sexto maior importador/exportador.

Tabela 8: Líderes em Exportação e Importação no Comércio Mundial (2005)
(Bilhões de Dólares e Participação Percentual)

Rank	Exportação	Valor	Participação	Rank	Importação	Valor	Participação
1	Germany	969,9	9,3	1	United States	1732,4	16,1
2	United States	904,4	8,7	2	Germany	773,8	7,2
3	China	762,0	7,3	3	China	660,0	6,1
4	Japan	594,9	5,7	4	Japan	514,9	4,8
5	France	460,2	4,4	5	United Kingdom	510,2	4,7
6	Netherlands	402,4	3,9	6	France	497,9	4,6
7	United Kingdom	382,8	3,7	7	Italy	379,8	3,5
8	Italy	367,2	3,5	8	Netherlands	359,1	3,3
9	Canada	359,4	3,4	9	Canada	319,7	3,0
10	Belgium	334,3	3,2	10	Belgium	318,7	3,0
11	Hong Kong, China	292,1	2,8	11	Hong Kong, China	300,2	2,8
	domestic exports	20,1	0,2		retained imports	28,1	0,3
	re-exports	272,1	2,6				
12	Korea, Republic of	284,4	2,7	12	Spain	278,8	2,6
13	Russian Federation	243,6	2,3	13	Korea, Republic of	261,2	2,4
14	Singapore	229,6	2,2	14	Mexico	231,7	2,1

Fonte: WTO International Trade Statistics, 2005

Ainda através dos dados acima se pode dizer que a China participa em 7,3% das exportações mundiais e em 6,1% das importações mundiais, negociando o montante de US\$

762,00 e US\$ 600,00 bilhões de dólares no ano de 2005, respectivamente. Os Anexos 7.2 e 7.3 trazem dados mais detalhados sobre a posição na China no comércio mundial.

A Tabela 9 a seguir demonstra o desempenho econômico da China no período de 1980 a 2003, considerando a taxa de crescimento do PIB, do PIB per capita e da população. Segundo Vieira (2006), a média dos anos 80 foi de 9,21% e 7,659% para as taxas de crescimento do PIB e do PIB per capita respectivamente. Tais números expressam o excepcional desempenho da economia chinesa ao longo das últimas duas décadas. Quanto a taxa populacional, a mesma caiu de um patamar de 1,44% a.a nos anos 1980 para 1,01% quando se considera todo o período, sendo que nos anos mais recentes (pós 2000) tal taxa tem demonstrado uma tendência de queda significativa, ficando em torno de 0,7% a.a.

Anos	TCPIB	TCPIBC	TCPOP
Média 1980 a 1990	9.21	7.65	1.44
1991	9.20	7.72	1.36
1992	14.20	12.81	1.23
1993	13.50	12.20	1.15
1994	12.60	11.33	1.13
1995	10.50	9.31	1.09
1996	9.60	8.46	1.05
1997	8.80	7.69	1.02
1998	7.80	6.77	0.96
1999	7.10	6.18	0.95
2000	8.00	7.15	0.71
2001	7.50	6.72	0.73
2002	8.00	7.28	0.67
2003	9.10	8.42	0.70

Fonte: WDI 2004 apud Vieira (2006)

De acordo com o Banco Mundial (2007), as taxas recentes de crescimento do PIB Chinês são mostrados na Tabela 10 a seguir, sendo similares aos dados anteriormente expostos, além de mostrar uma tendência de queda na taxa de crescimento, ficando em 8,7% a.a em 2008

Tabela 10: Crescimento Percentual do PIB ao ano 2002-2008 (previsão)

PIB (% crescimento ao ano)						
2002	2003	2004	2005	2006	2007/p	2008/p
9,10	10,00	10,10	10,40	10,70	9,60	8,70

Fonte: World Bank (2007)

A integração da China na comunidade global, como foco deste trabalho, tem sido observada através da entrada de IED's no país. Entretanto, ao mesmo tempo, a China também se tornou um importante exportador de IED, especialmente a partir de 1984, onde a maioria dos projetos eram motivados mais por objetivos políticos do que comerciais. O rápido crescimento da saída de IED da China foi motivado não apenas pelo crescimento econômico da nação como um todo, mas também pelo aumento da integração da economia Chinesa à economia global, particularmente com seus países vizinhos.

A Tabela 11 a seguir mostra a evolução da participação da China no comércio mundial, bem sua participação no montante exportado, como % do PIB e montante importado, no período de 1980- 2000. Nesta se pode notar que a participação da China nas importações mundiais passou de 1,0% para 3,5% e nas exportações foram de 0,9% em 1980 para 3,9% em 2000, respectivamente. No ranking de exportações, o país saiu da 26a posição em 1980, para ocupar a 7a posição no ano 2000.

Tabela 11: Estatísticas de Comércio da China

Unit: RMB/USD 100 million/%

	China's GDP	World Trade	China' Trade								
			Volume		Export Rank in world	% in		Import			
			RMB	USD		% in GDP	% in World	RMB	USD	% in GDP	% in World
1980	4518	19906	271	181	26	6.0%	0.9%	299	200	6.6%	1.0%
1981	4862	19724	368	220	19	7.6%	1.1%	368	220	7.6%	1.1%
1982	5295	18308	414	223	17	7.8%	1.2%	358	193	6.8%	1.1%
1983	5935	18078	438	222	17	7.4%	1.2%	422	214	7.1%	1.2%
1984	7171	19019	581	261	18	8.1%	1.4%	621	274	8.7%	1.4%
1985	8964	19277	809	274	17	9.0%	1.4%	1258	423	14.0%	2.2%
1986	10202	21157	1082	309	16	10.6%	1.5%	1498	429	14.7%	2.0%
1987	11963	24969	1470	394	16	12.3%	1.6%	1614	432	13.5%	1.7%
1988	14928	28382	1767	475	16	11.8%	1.7%	2055	553	13.8%	1.9%
1989	16909	30361	1956	525	14	11.6%	1.7%	2200	591	13.0%	1.9%
1990	18548	34700	2986	621	15	16.1%	1.8%	2574	534	13.9%	1.5%
1991	21618	35300	3827	718	13	17.7%	2.0%	3399	638	15.7%	1.8%
1992	26638	37000	4676	849	11	17.6%	2.3%	4443	806	16.7%	2.2%
1993	34634	36870	5285	917	11	15.3%	2.5%	5986	1040	17.3%	2.8%
1994	46759	41683	10422	1210	11	22.3%	2.9%	9960	1156	21.3%	2.8%
1995	58478	50200	12452	1488	11	21.3%	3.0%	11048	1321	18.9%	2.6%
1996	67885	52540	12576	1511	11	18.5%	2.9%	11557	1388	17.0%	2.6%
1997	74463	55364	15161	1828	10	20.4%	3.3%	11807	1424	15.9%	2.6%
1998	78345	53750	15232	1837	9	19.4%	3.4%	11626	1402	14.8%	2.6%
1999	82068	53595	16160	1949	9	19.7%	3.6%	13737	1657	16.7%	3.1%
2000	89404	63640	20635	2492	7	23.1%	3.9%	18638	2251	20.8%	3.5%

Fonte: Fung et al (2002).

Além dos aspectos relacionados ao comércio, a adesão da China às organizações internacionais e acordos bilaterais tem sido o principal ponto da inserção chinesa na economia global e este será o tópico analisado a seguir.

4.2 Adesão aos acordos e organizações internacionais

Atualmente a China é país-membro membro da APEC, AIEA, UNESCO, OMS, ISO, OMC, FMI e Banco Mundial que estão descritos a seguir:

a) APEC (Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico) é um bloco que engloba economias asiáticas, americanas e da Oceania. O principal objetivo do bloco é reduzir taxas e barreiras alfandegárias da região Pacífico-asiática, promovendo assim o desenvolvimento da economia da região.

b) AIEA (Agência Internacional de Energia Atômica) foi criada em 1957 no seio das Nações Unidas e objetiva a promoção do uso pacífico da energia nuclear e o desencorajamento dos usos para fins militares de armas atômicas.

c) **UNESCO** (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) foi fundada em 1945 com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações.

d) **OMS** (Organização Mundial da Saúde) tem por objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde de todos os povos. A *saúde* sendo definida nesse mesmo documento como um “*estado de completo bem-estar físico, mental e social e não consistindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade*”.

e) **ISO** (Organização Internacional para Padronização) é uma entidade que aglomera os grêmios de padronização/normalização de 158 países. Fundada em 1947, a ISO aprova normas internacionais em todos os campos técnicos, exceto na eletricidade e eletrônica, cuja responsabilidade é da IEC.

f) **OMC** (Organização Mundial de Comércio): é a única organização internacional que se ocupa das normas que regem o comércio entre países. Os pilares sobre os quais se assenta são os acordos da OMC, que tem sido negociados e firmados pela grande maioria dos países que participam do comércio mundial e ratificados nos seus respectivos parlamentos. O objetivo é auxiliar produtores de mercadorias e serviços, importadores e exportadores na condução dos seus negócios.

De acordo com Sukup (2002) a adesão da China a Organização Mundial do Comércio em 2001, representou, ou ao menos foi celebrada, como o triunfo da economia de mercado, após 20 anos de reformas liberais e negociações com os principais parceiros internacionais como a União Européia e os Estados Unidos, com os quais celebrou contratos de abertura econômica mútua. Ainda de acordo com Sukup (2002), a entrada na OMC constituiu-se num compromisso pragmático dos líderes chineses para reforçar e consolidar as correntes de exportação, o aporte de IED que dinamiza a sua economia e para deixar, de uma vez por todas, de ser um *outlaw* comercial.

Além disso, de acordo com Zumwalt (2007), o efeito de transformação da China de uma economia voltada para o mercado interno em uma potência comercial voltada para o exterior se fez sentir em toda a economia global, influenciando desde as escolhas dos consumidores até os fluxos de investimentos. De modo geral, a condição de membro da OMC é a melhor opção da China para sustentar o ritmo de crescimento econômico e reformas, pois à medida que a economia mundial tornava-se mais complexa e interconectada, a participação

da China beneficiava tanto a si como aos EUA, a Ásia e o resto do mundo. Isto porque, como membro da OMC, a China é capaz de participar da formulação das regras que governam o comércio e os investimentos internacionais.

Os compromissos da China ao aderir a OMC foram:

- tratamento não discriminatório a todos os membros da OMC,
- eliminação da prática de preços diferenciados para produtos vendidos na China em comparação aos produtos para exportação,
- o controle de preços não será usado com o propósito de proteger a indústria doméstica ou os provedores de serviços,
- o Acordo da OMC será implantado pela China de forma efetiva e uniforme e resultará na revisão das leis domésticas existentes e na promulgação de uma nova legislação de acordo com os pontos estabelecidos no Acordo,
- dentro de três anos de ascensão, todas as empresas terão o direito de importar e exportar produtos, assim como negociá-los em todo o território com limitadas exceções,
- a China não manterá ou introduzirá nenhum subsídio para produtos agrícolas.

Através dos pontos do Acordo estabelecido em 2001, atualmente pode-se dizer que muitas das mudanças acima mencionadas já foram conduzidas, com um impacto positivo no posicionamento da China perante a economia mundial.

g) FMI (Fundo Monetário Internacional): se auto-proclama como uma organização de 184 países, trabalhando por uma cooperação monetária global para assegurar estabilidade financeira, facilitar o comércio internacional, promover altos níveis de emprego e desenvolvimento econômico sustentável, além de reduzir a pobreza.

h) Banco Mundial: fundado em Julho de 1944 por uma conferência de representantes de 44 governos em Bretton Woods/New Hampshire/USA, e que tinha como missão inicial financiar a reconstrução dos países devastados durante a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, sua missão principal é a luta contra a pobreza através de financiamento e empréstimos aos países em desenvolvimento. Seu funcionamento é garantido por quota definidas e reguladas pelos 184 países membros.

i) China e a União Européia: Desde 1985, de acordo com a Comissão Européia (2007), a União Européia vem trabalhando no sentido de auxiliar a China, através de acordos de ajuda

mútua, no seu processo de inserção internacional. Atualmente, a política de relacionamento entre a China e a União Europeia esta baseada nos seguintes aspectos:

- ampliar e aprofundar o diálogo político com a China, tanto bilateral quanto em relação ao resto do mundo,
- fornecer suporte na transição da China para uma sociedade aberta, baseada acima de tudo, em regras e leis que respeitem os direitos humanos,
- encorajar o processo de integração da China na economia mundial através da inserção do país no sistema de negociação internacional e, através de suporte ao processo de reformas econômicas e sociais,
- melhorar o perfil da União Europeia na China.

Além disso, em termos de acordos bilaterais, o primeiro acordo feito em 1978, apesar de ter sido reformulado ao longo dos anos, ainda constitui a principal estrutura legal de relações entre a China e a União Europeia. O acordo cobre relações econômicas e de comércio, assim como o programa de cooperação UE-China. Há ainda acordos setoriais que tiveram sucesso ao serem celebrados, tais como: ciência e tecnologia, transporte marítimo, programa de navegação, turismo, acordo de pesquisa para o uso pacífico de energia nuclear, entre outros.

j) China e os Estados Unidos: Mais de 100 multinacionais americanas tem projetos baseados na China, algumas com múltiplos investimentos. O investimento cumulativo dos EUA na China estava estimado em \$54 bilhões no final de 2005, o que faz dos EUA o segundo maior investidor internacional na China. Os EUA são o segundo maior parceiro de comércio da China e, a China é agora o terceiro maior parceiro de comércio para os EUA, depois do Canadá e México. As exportações americanas para a China têm crescido mais rápido do que em qualquer outro mercado (28.4% em 2003, 20% em 2004 e 20% em 2005). Já as importações americanas vindas da China cresceram 18% em 2005. Esta tendência não ofusca a vantagem em termos de balança comercial da China em relação aos EUA, cujo déficit americano somou \$200 bilhões em 2005. Alguns dos fatores que influenciam este déficit incluem: forte demanda dos EUA por produtos chineses; práticas restritivas de comércio da China, que tem incluído uma série de barreiras para produtos e serviços importados, freqüentemente objetivando proteger as empresas estatais.

A aproximação dos EUA da economia chinesa tem dois elementos principais: primeiro, os EUA objetivam integrar completamente a China na economia mundial, baseados em regras econômicas e sistema de comércio, dado que a participação da China na economia global nutrirá os processos de reformas econômicas e encorajará a China a aderir às

responsabilidades deste crescimento e, por fim, incrementará o processo de estabilidade e prosperidade do Leste Asiático. Segundo, os EUA visam expandir o acesso dos seus investidores/exportadores ao mercado chinês, o que se torna mais fácil quando há parcerias comerciais já estabelecidas.

k) China e os outros países: De acordo com o Departamento de Estado Americano (2007), recentemente os líderes chineses tem viajado regularmente para todas as partes do globo e a China buscou uma melhor posição na ONU através do seu acento permanente no Conselho de Segurança e em outras organizações multilaterais. Perto de casa, a China tem feito esforços para reduzir as tensões na Ásia sediando o *Six-Party Talks* sobre o programa de armas nucleares da Coreia do Norte, cultivando uma maior relação de cooperação com membros da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e participando no fórum Regional ASEAN. O país esta se movendo no sentido de atuar como o maior líder na Ásia e a também está trabalhando para estreitar relações com o Sul da Ásia, incluindo a Índia. Após a visita do Premier Wen à Índia em 2005, os dois lados tem agido no sentido de melhorar os vínculos culturais e de comércio, assim como resolver as disputas de fronteiras. Em adição, a China tem melhorado os seus vínculos com a Rússia, tendo o presidente Putin visitado Beijing em abril de 2006. A China tem desempenhado um papel proeminente na Organização de Cooperação de Shanghai (SCO) que é um grupo regional que também inclui a Rússia e países da Ásia Central como Kazakistan, Kyrgyzstan, Tajikistan, e Uzbekistan. As tensões com o Japão continuam alimentadas pela prolongada e emocional disputa histórica e aclamação de direitos a porções do Mar da China no Leste. A China tem desempenhado um importante papel no suporte a operações de paz no Sudão e tem feito publicidade no sentido de divulgar que compartilha a opinião da comunidade internacional a respeito do programa nuclear no Irã.

l) China e a América Latina: De acordo com a Embaixada Chinesa no Brasil (2006), atualmente, o Brasil é o maior parceiro comercial da China na América Latina e é também o maior mercado de importação da China na região. Por outro lado, a China é o 3º maior parceiro comercial e o 3º maior destino para as exportações do Brasil no mundo. O rápido desenvolvimento da cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a China tem trazido benefícios tangíveis para os dois países. De acordo com a CEPAL (2008), A China e a Índia oferecem um vasto potencial de comércio que tem sido pouco explorado por países da América Latina e do Caribe, salvo no caso de alguns setores de produtos primários

provenientes de países sul-americanos, como as vendas de minério de ferro, realizadas pelo Brasil, através da Vale, para a China.

Ainda de acordo com a CEPAL (2008), até agora, as transações entre a América do Sul com a China e a Índia estão focadas na exportação de produtos baseados em recursos naturais. Para eles, a América Latina deveria fortalecer seus vínculos com os dois países asiáticos, procurando uma melhor complementaridade produtiva entre eles, e o estabelecimento de acordos e alianças comerciais, além de investimentos, o que daria maior acesso a estes mercados asiáticos e causaria uma maior incorporação às cadeias produtivas e de exportação da Índia e da China.

4.3 Correlação entre aumento de IED e inserção chinesa na economia global

A inserção na economia global, para fins deste trabalho, será mensurada através da maior participação da China no comércio internacional, a partir do seu volume de importações e exportações e também, como verificado, a partir do maior comprometimento da China com os agentes internacionais tais como adesão à APEC, AIEA, UNESCO, OMS, ISO, OMC, FMI e Banco Mundial, além de outros acordos e parcerias com diversos países e blocos econômicos, conforme analisado na seção anterior.

O uso das variáveis importação e exportação em relação aos dados de IED para a verificação de uma correlação é justificável uma vez que a política de abertura iniciada no final dos anos 70 deu grande ênfase à abertura comercial, permitindo ao capital estrangeiro se instalar no país com o oferecimento de diversos incentivos, afim destas empresas aumentarem o volume de comércio externo da China, colaborando desta forma para saldos positivos na sua balança comercial.

Desta forma, utilizou-se um coeficiente de correlação para o cálculo, assim como os valores de importação e exportação e de IED disponíveis, dentro do período compreendido entre 1986-2004, com todos os valores em Bilhões de US Dólares.

O conceito de correlação é a relação ou dependência entre duas variáveis de uma distribuição bidimensional, e é dita forte quando a reta de regressão, obtida a partir do Diagrama de Dispersão, tem declive positivo. A correlação é positiva quando varia entre 0 e 1 e será tanto mais forte quanto mais seu valor se aproximar de 1. A equação usada para o cálculo foi:

$$r_{xy} = \frac{n\sum XY - \sum X \cdot \sum Y}{\sqrt{n\sum X^2 - (\sum X)^2} \cdot \sqrt{n\sum Y^2 - (\sum Y)^2}}$$

Onde n é o número de anos dos quais se obteve os dados para análise, X é a variável IED e Y é variável importação ou exportação. Assim, os valores obtidos para a correlação Importação/IED foi de 0,83 e para a relação Exportação/IED foi de 0,85. Este último valor era esperado superior ao valor da correlação Importação/IED, uma vez que uma das medidas para aumentar a participação no comércio global usadas pelo governo chinês era o aumento das exportações.

Para melhor visualização destas correlações, vejamos as Figuras 8 e 9 a seguir:

Figura 8: Correlação entre o volume de importação e o aumento de IED.

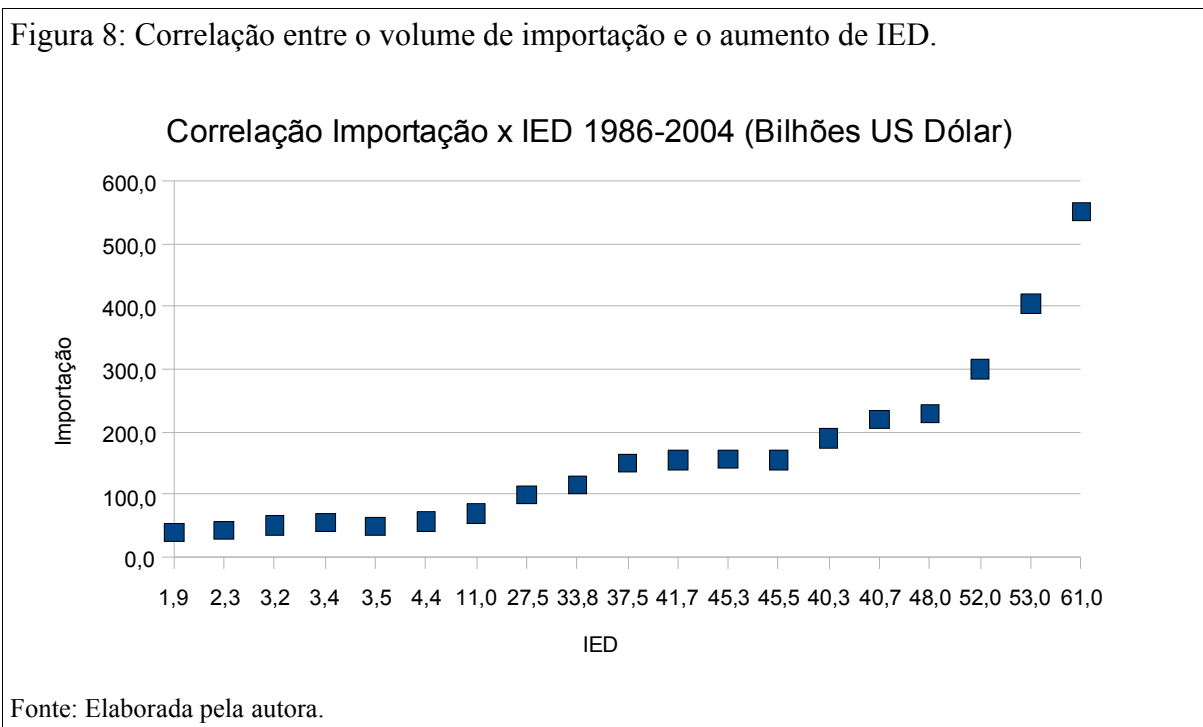
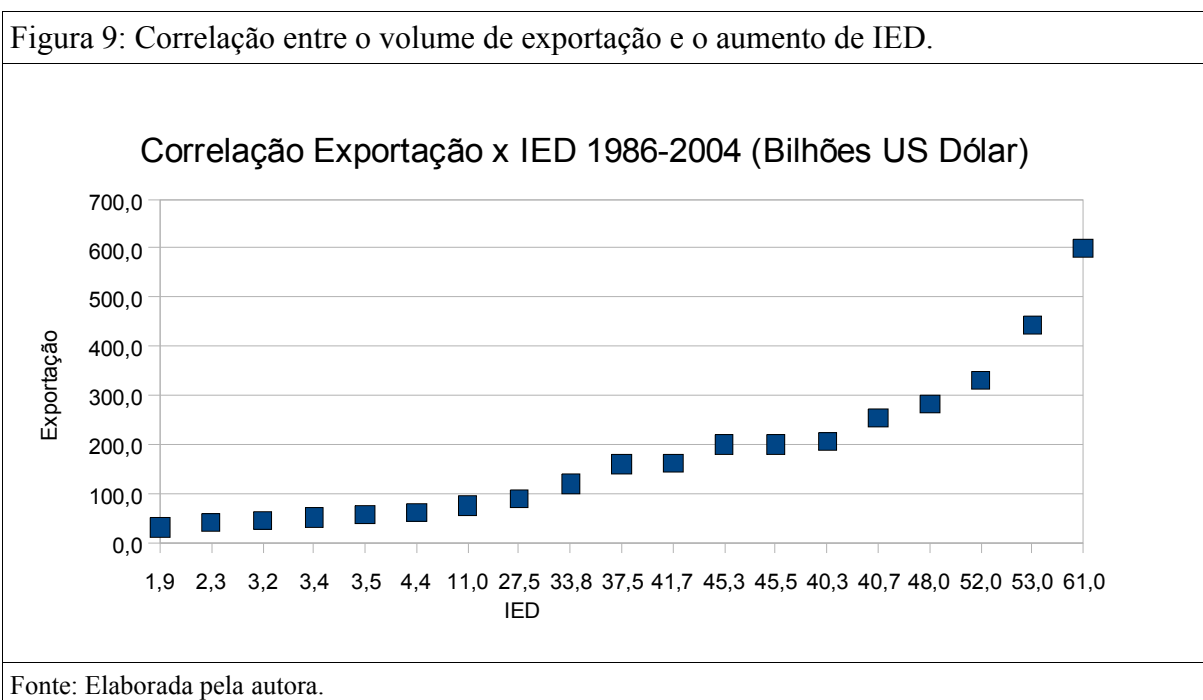


Figura 9: Correlação entre o volume de exportação e o aumento de IED.



Assim, observa-se em ambas as figuras uma correlação positiva, o que indica que há uma relação entre o aumento do IED na China e a sua maior participação na economia global, através do seu elevado volume de comércio com o resto do mundo. Os valores de 0,83 e 0,85 para a correlação Importação/IED e Exportação/IED respectivamente, mostram que há uma correlação forte entre tais variáveis, permitindo-nos concluir que de fato o processo de abertura iniciado pelo governo chinês no final da década de 70, com foco na atração de capital externo, atingiu um dos seus objetivos que era aumentar o volume de comércio da China com o resto do mundo. Ainda como consequência, tem ajudado o país no processo de transição para uma economia mais aberta, voltada para o mercado e conectada às redes internacionais de produção.

Por fim, o Capítulo 4 descreveu as variáveis-chaves no processo de inserção da economia chinesa na economia global, mostrando o papel desempenhado pelo Governo, bem como o comportamento das variáveis importação e exportação, evolução do PIB, assim como apresentou o coeficiente de correlação que reafirma a relação entre aumento de IED e maior participação chinesa na economia internacional. A seguir, o Capítulo 5 apresenta as conclusões e recomendações deste trabalho.

5. CONCLUSÃO

Um dos elementos-chave da reforma chinesa foi o incentivo à entrada de IED a fim de estimular as novas empresas a se voltarem para o comércio internacional, entre outros objetivos anteriormente discutidos. Assim, desde os anos 70, a China foi gradualmente abrindo a sua economia para os negócios estrangeiros e atraindo um grande montante de investimento externo. Como consequência, muitos países e investidores privados passaram a encontrar na China uma opção de investimento, dada a política de incentivo ao capital estrangeiro, áreas econômicas especiais (ZPE's) que garantiram alguma segurança ao investidor, um mercado de crescimento potencial elevado e voltado ao investimento, além de um nível reduzido de custos de mão-de-obra e de custos de transação – este último adquirido também em função da especificidade com que cada investidor pode ser tratado ao nível dos governos locais.

Assim, gradualmente, a China foi moldando sua política de relacionamento com o resto do mundo, permitindo depois de anos de isolamento, até mesmo que empresas de capital 100% estrangeiro (*Wholly Foreign Owned Enterprises*) pudessem investir no país.

As leis foram remodeladas, dando maior abertura e autonomia ao capital estrangeiro, o país passou a adotar regras internacionais de comércio (adesão a OMC) e tornou-se, no período de 29 anos, um dos principais atores na área dos negócios internacionais.

O país cresceu a uma média de dois dígitos nas últimas três décadas e seu peso na economia mundial aumentou consideravelmente. O capital estrangeiro tem desempenhado um papel crucial neste processo, bem como as empresas estrangeiras que além de trazerem investimentos, tem transferido *know-how* técnico e práticas gerenciais que tem aproximado cada vez mais a China à economia global. A fim de mensurar esta maior participação na economia mundial, um coeficiente de correlação foi calculado a partir das variáveis importação e exportação em relação a variável IED.

Além disso, foram feitas considerações em termos da adesão da China à APEC, AIEA, UNESCO, OMS, ISO, OMC, FMI e Banco Mundial, além de outros acordos e parcerias com diversos países e blocos econômicos, que tem influenciado o relacionamento da China com o resto do mundo. Assim, foi possível estabelecer uma correlação entre o incremento do ingresso de IED na China desde o processo de abertura iniciado em 1978 e a sua inserção na economia global.

A partir dos dados de importação e exportação e de IED, obteve-se uma correlação positiva significativa entre o aumento do IED e o aumento do volume de comércio externo verificado na China, especialmente no período de 1986-2004 analisado. Para tal período se obteve uma correlação de 0,83 para a relação Importação/IED e um valor de correlação de 0,85 para a relação Exportação/IED, cujo último valor era esperado superior ao valor da correlação Importação/IED uma vez que o foco das políticas chinesas volta-se ao setor exportador.

O estabelecimento de uma correlação entre as variáveis importação e exportação e IED fez-se válido uma vez que um dos elementos-chave da reforma chinesa incluiu o incentivo à entrada de IED a fim de estimular as novas empresas a se instalar no país, desenvolver o setor exportador, conectar o país às redes globais de produção e comércio e tirar do isolamento uma economia que viveu durante anos sob o regime socialista e desconectado do resto mundo. No momento, o que a China tem mostrado ao mundo é uma disposição em participar de regras do jogo político internacional, desde que estas não interfiram na sua estratégia de desenvolvimento e na sua vontade – com um nacionalismo disseminado - de tornar-se a maior economia do mundo, o que até então tem consistido numa estratégia bem sucedida.

Como recomendação a trabalhos futuros, seria interessante analisar quais os efeitos e perspectivas deste desenvolvimento econômico e da maior participação da China no comércio mundial. De acordo com Sukup (2002), o nível de vida tem melhorado, no entanto as pressões geradas pelo contínuo aumento populacional e pelo êxodo rural já estão bem pouco compatíveis com ideal socialista, ainda que o Partido Comunista Chinês chame o novo regime de “um país dois sistemas”, ou seja, “socialista de mercado”. Ainda neste contexto, as diferenças entre as regiões costeiras (sede das novas atividades industriais povoadas pelas empresas estrangeiras e impulsionadas pelas reformas liberais) contrastam com as regiões do interior, relativamente estagnadas e mais agrícolas, que ameaçam seriamente a unidade nacional.

Outros problemas dizem respeito à questão ambiental, com elevado índice de poluição dada à elevada produção industrial; há restrição em relação à área de terras cultiváveis disponíveis, o que poderá elevar as importações de alimento do país em breve; e a estrutura de transporte entre e dentro das grandes cidades, que está exigindo rápida expansão em um curto espaço de tempo.

Em relação às condições de trabalho, muitas vezes deploráveis em um regime político repressivo e com corrupção difundida, muitas pressões também derivam deste setor. Sukup (2002) faz referência as más condições de trabalho observadas nas indústrias das ZEEs, no entanto, destaca o progresso em termos de direitos da mulher, que durante muitos anos foi reprimida na sociedade chinesa.

Segundo Sukup (2002), o tamanho do país, as tradições culturais, a localização geográfica em uma região dinâmica, a política econômica, o passado feudo-imperial e capitalista-semicolonial, as heranças das filosofias do confucionismo e do taoísmo, assim como do “revolucionário Mao, do reformador Deng e do *manager* Jiang Zemin” – tudo isso contribui para explicar o resultado atual. A entrada de capital estrangeiro nas empresas estatais, permitida através de uma Lei de outubro de 2002, significa um passo importante para aumentar a eficiência e para utilizar a adesão a OMC com vistas a reforçar a modernização. No entanto, o autor coloca que o problema maior parece consistir no plano interno, que cria tensões crescentes e perigosas, pois ainda não há uma resposta para a questão de como o país manterá um equilíbrio entre o campo e a cidade, regiões dinâmicas e estagnadas, combinadas com um Partido Comunista e um amplo setor de empresas públicas na indústria.

Embora a experiência chinesa seja uma das mais eloqüentes histórias de desenvolvimento acelerado, há muitos aspectos, sejam sociais, políticos e econômicos que estão indefinidos. Em outras palavras, trata-se, ainda, de uma economia em transição. Cabe ressaltar, que sua trajetória chama atenção de todos, pois dada a magnitude de sua população e a dinâmica do crescimento econômico, dentro de um ambiente de internacionalização, muitos outros países serão afetados pelos acontecimentos chineses. Se de um lado a internacionalização impulsiona o capitalismo chinês e cria mercados para empresas do mundo todo, de outro estabelece laços econômicos perigosos, reforçando aspectos da interdependência. Isto não implica inferir que este seja um processo bom ou ruim, mas cujos efeitos devem ser ponderados pelos impactos sociais, ambientais e econômicos não só para os chineses, como para todos os habitantes do planeta.

6. REFERÊNCIAS

ARBEX JR., Jose. **Revolução em 3 tempos : URSS, Alemanha, China.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

BETTELHEIM, Charles. **Revolução cultural e organização industrial na China.** Rio de Janeiro: Graal, 1979.

CEPAL. **América Latina deve ampliar o comércio com a China.** Disponível em <<http://br.noticias.yahoo.com/s/10012008/25/economia-cepal-america-latina-deve-ampliar-comercio-china.html>>. Acessado em 15 jan. 2008.

BELLUCCI, Beluce. **Abrindo os olhos para a China.** Rio de Janeiro: Centro de estudos Afro-Asiáticos, 2004.

FUNG, K.C; IIZAKA,H.;TONG,S. **Foreign Direct Investment in China: Policy, Trend and Impact.**In: China's Economy in the 21st Century Conference. Hong Kong:2002.

Depto Econômico da Embaixada da Rep. Pop. da China na Rep. Federativa do Brasil. <<http://br2.mofcom.gov.cn/aarticle/bilateralvisits/200511/20051100722079.html>> .Acessado em 15 jan. 2008.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 2. Ed São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DEMURGER, S.; Sachs, J.D.; Woo, W.T.; Bao, S.; Chang, G. & Mellinger, A. **“Geography, Economic Policy, and Regional Development in China”.** *National Bureau of Economic Research - Working Paper 8897.* EUA, Washington. 2002.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 1991.

GUTHRIE, Doug. **China and the Globalization: The Social, Economic, and Political Transformation of Chinese Society.** T&F. US, 2006.

HENDRISCHKE, Hans; KRUG, Barbara. **The Chinese Economy in the 21st Century.** 'Enterprise and Business Behavior'. Ed. EE. UK, 2007.

HOSCHA, Enver. **Reflexiones sobre China, 1973-1977.** Tirana: Nentori, 1979.

KRUGMAN, Paul R.; OBSTFELD, Maurice. **Economia Internacional: teoria e política.** 4 Ed. São Paulo: Makron Books, 1999.

MENDES, Rosguel. **Uma investigação sobre investimento externo direto e transferências de tecnologia: implicações para o Brasil nos anos noventa.** Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio Econômico.2001.

OCDE. **Main Determinants and Impacts of FDI on China's Economy.**Dec. 2000.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A construção do socialismo na China.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **A revolução chinesa.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUIZ, Ricardo Machado. **Polarizações e desigualdades: desenvolvimento regional na China (1949-2000)**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2006.

SELLTIZ, et al. **Método de pesquisa nas ciências sociais**. São Paulo: E.P.U., Ed. da USP, 1974.

SPENCE, Jonathan D. **Em busca da China moderna: quatro séculos de história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STORY, Jonathan. **China a corrida para o mercado: o que a transformação da China significa para os negócios, os mercados e a nova ordem mundial**. São Paulo: Futura, 2004.

SUKUP, Vitor. **A China frente a globalização: desafios e oportunidades**. Rev. Bras. De Política Internacional, jul-dez.vol.45.n.002.IBRI. Brasília. 2002. p.82-113.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNCTAD. **World Investment Report 2005**. Disponível em <www.unctad.org>. Acesso em 1 nov.2006.

VIEIRA, Flavio V. **China: Crescimento Econômico de Longo Prazo**. Rev. de Economia Política, vol. 26, n. 3. Jul-Set. 2006.

WBG (WORLD BANK GROUP). **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial: do plano ao mercado**. Washington, EUA: 1996.

WTO (World Trade Organization). Disponível em www.wto.org. Acessado em 20 mar. 2008.

ZEMIN, Jiang. **Reforma e construção da China**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

ZUMWALT, James P. **Como a condição de membro da OMC afeta a China**. Disponível em <<http://usinfo.state.gov/journals/ites/0102/ijep/ie010205.htm>>. Acessado em 21.jun.2007.

_____.The EU's China Policy. Disponível em <http://ec.europa.eu/external_relations/china/intro/index.htm> Acessado em 26 jun.2007.

_____.China. U.S Department of State. Disponível em <<http://www.state.gov/r/pa/ei/bgn/18902.htm>>. Acessado em 29 jun. 2007.

_____. Statistical Communique of the people's Republic of China on the 2005 National Economic and Social Development. National Bureau of Statistics of China 2006. Disponível em <http://www.stats.gov.cn/was40/gjtjj_en_detail.jsp?searchword=FDI&channelid=9528&record=1> Acessado em 11 jul. 2007.

_____.China Estatistical Data. Foreign Investments. Disponível em <www.china.org.cn>. Acessado em 13 jul.2007.

7. ANEXOS

7.1 Características da China

A República Popular da China, de acordo com dados de 2007, é o terceiro maior país do mundo em área (ou o quarto, dependendo de como se contabilizem algumas áreas disputadas com outros países) e o mais populoso do planeta, e ocupa uma parte considerável da Ásia Oriental. Suas fronteiras ao Norte são com o Quirguistão, com o Cazaquistão, com a Mongólia e com a Rússia, ao Leste com a Coreia do Norte, com o Mar Amarelo (do outro lado do qual se encontra a Coreia do Sul), com o Mar da China Oriental e com o Estreito de Taiwan, que a separa de Taiwan (país que reivindica), ao Sul com o Mar da China Meridional, com o Vietnã, com o Laos, com Myanmar, com a Índia, com o Butão e com o Nepal. A Oeste com o Paquistão, Afeganistão e Tadjiquistão. A República Popular da China é subdividida em 23 províncias, cinco regiões autônomas, quatro cidades administradas diretamente pelo governo central e duas Regiões Administrativas Especiais (Hong Kong e Macao).

Nome Oficial	República Popular da China
Presidente	HU Jintao
Primeiro Ministro Chinês	WEN Jiabao
População	1.3 bilhões
Área de superfície	9.6 milhões sq. km
PIB (à taxa de câmbio oficial)	US\$ 2.2 trilhões
PIB (PPP, “real” production)	US\$8.8 trilhões
Taxa de crescimento do PIB	10% a.a
Moeda	Yuan
Reservas	US\$ 1000 bilhões (Jan. 2007)
Balanco Corrente	US\$ +130 bilhões

Fonte: Elaborada pela autora com dados de 2007 baseados em http://europeização/external_relations/china/intro/index.htm

7.2 Evolução da Participação da China nas Exportações mundiais 2001-2006.

Tabela 12: Posição da China entre os líderes em exportação. Valores em Milhões USD.

	País	2001		País	2002
1	United States	729100	1	United States	693103
2	Germany	571645	2	Germany	615831
3	Japan	403496	3	Japan	416726
4	France	323379	4	France	331719
5	United Kingdom	272715	5	China	325596
6	China	266098	6	United Kingdom	280195
7	Canada	259858	7	Italy	254427
8	Italy	244490	8	Canada	252394
9	Netherlands	230855	9	Netherlands	244058
10	Hong Kong, China	191066	10	Belgium	216127
11	Belgium	190349	11	Hong Kong, China	201928
12	Korea, Republic of	150439	12	Korea, Republic of	162471
13	Singapore	121751	13	Singapore	125177
14	Russian Federation	101884	14	Russian Federation	107301
	País	2003		País	2004
1	Germany	751560	1	Germany	909887
2	United States	724771	2	United States	818520
3	Japan	471817	3	China	593326
4	China	438228	4	Japan	565675
5	France	392039	5	France	452106
6	United Kingdom	305627	6	Netherlands	357417
7	Italy	299333	7	Italy	353782
8	Netherlands	296012	8	United Kingdom	347493
9	Canada	272739	9	Canada	316548
10	Belgium	255617	10	Belgium	306866
11	Hong Kong, China	228708	11	Hong Kong, China	265543
12	Korea, Republic of	193817	12	Korea, Republic of	253845
13	Singapore	159902	13	Singapore	198637
14	Russian Federation	135929	14	Russian Federation	183207
	País	2005		País	2006
1	Germany	970915	1	Germany	1111969
2	United States	905978	2	United States	1038278
3	China	761953	3	China	968936
4	Japan	594905	4	Japan	649931
5	France	463428	5	France	490368
6	Netherlands	406372	6	Netherlands	462410
7	United Kingdom	384477	7	United Kingdom	448291
8	Italy	373135	8	Italy	410572
9	Canada	359399	9	Canada	389538
10	Belgium	334400	10	Belgium	369166
11	Hong Kong, China	292119	11	Korea, Republic of	325465
12	Korea, Republic of	284419	12	Hong Kong, China	322669
13	Russian Federation	243569	13	Russian Federation	304520
14	Singapore	229620	14	Singapore	271772

Fonte.: Elaborada pela autora com base em WTO (2008).

7.3 Evolução da Participação da China nas Importações mundiais 2001-2006.

Tabela 13: Posição da China entre os países importadores. Valores em Milhões US Dólar

	País	2001		País	2002
1	United States	1179180	1	United States	1200230
2	Germany	486119	2	Germany	490283
3	Japan	349089	3	United Kingdom	364075
4	United Kingdom	343786	4	Japan	337194
5	France	328608	5	France	329262
6	China	243553	6	China	295170
7	Italy	236220	7	Italy	247015
8	Canada	227291	8	Canada	227499
9	Netherlands	208638	9	Netherlands	219265
10	Hong Kong, China	202008	10	Hong Kong, China	207969
11	Belgium	178664	11	Belgium	198311
12	Korea, Republic of	141098	12	Korea, Republic of	152126
13	Singapore	116000	13	Singapore	116441
14	Russian Federation b	53764	14	Russian Federation	60966
	País	2003		País	2004
1	United States	1303050	1	United States	1525680
2	Germany	604612	2	Germany	715742
3	China	412760	3	China	561229
4	United Kingdom	399401	4	France	470945
5	France	398840	5	United Kingdom	470633
6	Japan	382930	6	Japan	454542
7	Italy	297519	7	Italy	355301
8	Netherlands	264704	8	Netherlands	319669
9	Canada	245021	9	Belgium	285621
10	Belgium	234945	10	Canada	279912
11	Hong Kong, China	233249	11	Hong Kong, China	272893
12	Korea, Republic of	178827	12	Korea, Republic of	224463
13	Singapore	136218	13	Singapore	173599
14	Russian Federation	76070	14	Russian Federation	97382
	País	2005		País	2006
1	United States	1735061	1	United States	1919427
2	Germany	777073	2	Germany	908630
3	China	659953	3	China	791461
4	Japan	514922	4	United Kingdom	619385
5	United Kingdom	513673	5	Japan	579574
6	France	504124	6	France	534894
7	Italy	384790	7	Italy	437386
8	Netherlands	363822	8	Netherlands	416445
9	Canada	321363	9	Canada	357652
10	Belgium	318700	10	Belgium	353720
11	Hong Kong, China	300160	11	Hong Kong, China	335754
12	Korea, Republic of	261238	12	Korea, Republic of	309383
13	Singapore	200030	13	Singapore	238652
14	Russian Federation	125303	14	Russian Federation	163867

Fonte: Elaborada pela autora com base em WTO (2008).